

Veículo: Política Livre	
Data: 09/06/2020	Caderno: Economia



09 de junho de 2020 | 17:07

## ***Confira serviços da Sefaz-Ba que migraram para o meio virtual durante a pandemia***

### **BAHIA**

Em função da pandemia de coronavírus e da declaração de situação de emergência em toda a Bahia, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** realizou a migração para o meio virtual de 22 serviços que antes eram prestados apenas de forma presencial. Com isso, o site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes. Ao entrar na página, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão”, localizado na lateral direita do site, para ter acesso à relação completa desses serviços e conferir se a demanda poderá ser resolvida no próprio site ou então com o envio de documentação via e-mail. Ao todo, 113 serviços estão disponíveis para os contribuintes no site da Sefaz-Ba.

Caso encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br) ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Os suportes via telefone e e-mail também foram reforçados para fornecer toda a informação necessária aos cidadãos.

### Novos serviços em meio virtual

Ao clicar no ícone Carta de Serviços ao Cidadão, a relação completa está disponível no banner localizado no alto da página, intitulado “Covid-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes”. Os serviços que antes eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia são os de entrega de documentação para cálculo do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos), de solicitação de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota

Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) por Microempreendedor Individual (MEI), de solicitação de isenção de ICMS e IPVA, além da impugnação de notificação fiscal.

Entre os novos serviços disponíveis no meio virtual estão ainda: acompanhamento de processos na Diretoria de Administração Tributária da Região Metropolitana (DAT-Metro), solicitação de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), comprovação de quitação do IPVA, convalidação de crédito e crédito extemporâneo, entrega de documentação e mídia relacionadas aos Convênios 115/03 e 126/98, credenciamento de locadoras, entrega de defesa administrativa, solicitação de desbloqueio de ambiente de contingência da NF-e, habilitação para diferimento, solicitação de inscrição de produtor rural, pedidos de parcelamento de impostos (para as situações antes não disponíveis na internet), restituição de imposto, retificação do Documento de Arrecadação Estadual (DAE).

Os demais serviços tornados virtuais incluem ainda solicitação de senha, de Nota Fiscal Avulsa por contribuinte inscrito, pessoa física e MEI e de credenciamento de antecipação parcial para recolhimento do ICMS (quando o contribuinte tiver débito inscrito em dívida ativa), pedido de prorrogação de conserto de bens do ativo imobilizado e suspensão de incidência, e requerimento de termo de acordo previsto no Decreto 7799/00.

Veículo: Farol News	
Data: 10/06/2020	Caderno: Economia



### Diversos serviços da Sefaz-Ba migraram para o meio virtual durante a pandemia

Jun 10, 2020 | Coronavírus, Economia, Serviços



Em função da pandemia de coronavírus e da declaração de situação de emergência em toda a Bahia, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** realizou a migração para o meio virtual de 22 serviços que antes eram prestados apenas de forma presencial. Com isso, o site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes. Ao entrar na página, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão”, localizado na lateral direita do site, para ter acesso à relação completa desses serviços e conferir se a demanda poderá ser resolvida no próprio site ou então com o envio de documentação via e-mail. Ao todo, 113 serviços estão disponíveis para os contribuintes no site da SefazBa.

Caso encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br) ou ligar para o Call Center da SefazBa, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Os suportes via telefone e e-mail também foram reforçados para fornecer toda a informação necessária aos cidadãos.

### **Novos serviços em meio virtual**

Ao clicar no ícone Carta de Serviços ao Cidadão, a relação completa está disponível no banner localizado no alto da página, intitulado “Covid-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes”. Os serviços que antes eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia são os de entrega de documentação para cálculo do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos), de solicitação de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica

(NFC-e) por Microempreendedor Individual (MEI), de solicitação de isenção de ICMS e IPVA, além da impugnação de notificação fiscal.

Entre os novos serviços disponíveis no meio virtual estão ainda: acompanhamento de processos na Diretoria de Administração Tributária da Região Metropolitana (DAT-Metro), solicitação de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), comprovação de quitação do IPVA, convalidação de crédito e crédito extemporâneo, entrega de documentação e mídia relacionadas aos Convênios 115/03 e 126/98, credenciamento de locadoras, entrega de defesa administrativa, solicitação de desbloqueio de ambiente de contingência da NF-e, habilitação para diferimento, solicitação de inscrição de produtor rural, pedidos de parcelamento de impostos (para as situações antes não disponíveis na internet), restituição de imposto, retificação do Documento de Arrecadação Estadual (DAE).

Os demais serviços tornados virtuais incluem ainda solicitação de senha, de Nota Fiscal Avulsa por contribuinte inscrito, pessoa física e MEI e de credenciamento de antecipação parcial para recolhimento do ICMS (quando o contribuinte tiver débito inscrito em dívida ativa), pedido de prorrogação de conserto de bens do ativo immobilizado e suspensão de incidência, e requerimento de termo de acordo previsto no Decreto 7799/00.

*Fonte: Ascom/ SefazBA*



# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

09/06/2020 16:40

## Diversos serviços da Sefaz-Ba migraram para o meio virtual durante a pandemia

Em função da pandemia de coronavírus e da declaração de situação de emergência em toda a Bahia, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) realizou a migração para o meio virtual de 22 serviços que antes eram prestados apenas de forma presencial. Com isso, o site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes. Ao entrar na página, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão”, localizado na lateral direita do site, para ter acesso à relação completa desses serviços e conferir se a demanda poderá ser resolvida no próprio site ou então com o envio de documentação via e-mail. Ao todo, 113 serviços estão disponíveis para os contribuintes no site da SefazBa.

Caso encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br) ou ligar para o Call Center da SefazBa, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Os suportes via telefone e e-mail também foram reforçados para fornecer toda a informação necessária aos cidadãos.

### Novos serviços em meio virtual

Ao clicar no ícone Carta de Serviços ao Cidadão, a relação completa está disponível no banner localizado no alto da página, intitulado “Covid-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes”. Os serviços que antes eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia são os de entrega de documentação para cálculo do IT D (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos), de solicitação de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) por Microempreendedor Individual (MEI), de solicitação de isenção de ICMS e IPVA, além da impugnação de notificação fiscal.

Entre os novos serviços disponíveis no meio virtual estão ainda: acompanhamento de processos na Diretoria de Administração Tributária da Região Metropolitana (DAT-Metro), solicitação de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), comprovação de quitação do IPVA, convalidação de crédito e crédito extemporâneo, entrega de documentação e mídia relacionadas aos Convênios 115/03 e 126/98, credenciamento de locadoras, entrega de defesa administrativa, solicitação de desbloqueio de ambiente de contingência da NF-e, habilitação para diferimento, solicitação de inscrição de produtor rural, pedidos de parcelamento de impostos (para as situações antes não disponíveis na internet), restituição de imposto, retificação do Documento de Arrecadação Estadual (DAE).

Os demais serviços tornados virtuais incluem ainda solicitação de senha, de Nota Fiscal Avulsa por contribuinte inscrito, pessoa física e MEI e de credenciamento de antecipação parcial para recolhimento do ICMS (quando o contribuinte tiver débito inscrito em dívida ativa), pedido de prorrogação de conserto de bens do ativo imobilizado e suspensão de incidência, e requerimento de termo de acordo previsto no Decreto 7799/00.

**Fonte: Ascom/ SefazBA**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

**Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.**



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

# Tribuna

## Consórcio rescinde contrato e dinheiro de respiradores é devolvido

DA REDAÇÃO

O valor referente à compra de 750 respiradores adquiridos pelo Consórcio do Nordeste foi devolvido ontem pela empresa Pulsar, que não conseguiu cumprir os prazos de entrega exigidos no contrato. Por uma questão de segurança, o presidente do Consórcio, Rui Costa, solicitou a imediata devolução dos recursos quando a empresa não cumpriu o prazo de entrega.

A decisão já foi informada aos demais governadores e o valor referente a cada Estado já está sendo transferido para as respec-

tivas contas oficiais. O valor total da compra foi de U\$ 7.930.000,00. Em episódio recente anterior, o Consórcio denunciou uma fraude na compra de respiradores junto à empresa HampCare, o que resultou na prisão de três envolvidos no esquema. A ação feita pela Secretaria

de Segurança da Bahia (SSP).

Fake news - O Governo do Estado da Bahia não encaminhou a nenhum município baiano caixas com álcool em gel e areia. Depois de circular nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, a notícia mentirosa associada a um vídeo está sendo disseminada, agora na Bahia, por meio de aplicativos de mensagens e das redes sociais.

"Chegaram em Teixeira de Freitas os produtos enviados pelo governo Ruy Costa [...] Os caras mandam dois litros e colocam areia porque o estado compra em muita quantidade", diz a mensagem com a grafia errada do nome do governador da

### Sem perdas

A decisão já foi informada aos demais governadores e o valor de cada Estado está sendo transferido.

Foto: Camila Souza



O PRESIDENTE do Consórcio, Rui Costa, solicitou a imediata devolução dos recursos quando a empresa não cumpriu o prazo de entrega

Bahia.

Na verdade, o vídeo foi gravado no Hospital Regional do Seridó, em Caicó, no Rio Grande do Norte, e o material que está dentro das caixas com álcool em gel não é areia, são grânulos para absorção de material inflamável, utilizado por alguns fabricantes para evitar acidentes com o produto. De acordo com o site Boatos.Org, especializado em checagem de fatos, os produtos foram

comprados pelo Ministério da Saúde para o município do Rio Grande do Norte, portanto não tem qualquer relação com compras realizadas pelos três estados nordestinos já relacionados a fake news até este momento: Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Na noite do último sábado (6), chegaram ao município de Teixeira de Freitas 20 respiradores para enfrentamento da

pandemia de Covid-19. Os equipamentos, que foram enviados pelo Ministério da Saúde do Governo Federal, em uma ação conjunta com a empresa Suzano Papel e Celulose, são destinados ao Hospital de Campanha do Município. A estrutura do Hospital de Campanha é uma parceria do Governo do Estado com a Suzano. Esta informação é fato e está nos sites e redes sociais oficiais. Antes de compartilhar um conteúdo, o Governo do Estado orienta que baianos e baianas pesquisem e busquem informações oficiais. Fake News é crime.

Em 28 de maio, entrou em vigor na Bahia a lei de combate à disseminação de fake news (notícias falsas). De acordo com a nova lei, a criação e disseminação de notícias falsas sobre epidemias, endemias e pandemias será punida com multa, que varia entre R\$ 5 mil e R\$ 20 mil. A punição vale para os responsáveis por elaborar, divulgar e utilizar softwares ou outros mecanismos para o compartilhamento em massa de fake news. Os valores da multa serão usados no combate à pandemia.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 10/06/2020	Página:

# Correio\*

## Sem receber, consórcio desfaz compra de 750 respiradores

**DEVOLUÇÃO** O Consórcio Nordeste, formado pelos nove estados da região, desfez ontem o contrato de compra de 750 respiradores da empresa Pulsar, que não cumpriu os prazos de entrega exigidos. Presidente do consórcio, o governador Rui Costa (PT) decidiu solicitar a devolução do dinheiro pago à empresa, para evitar novo desgaste. O valor total da compra, de mais 7,9 milhões de dólares, foi estornado e já está sendo transferido para as contas oficiais de cada estado, conforme informou o governo da Bahia. Também ontem, a prefeitura de Salvador recebeu 60 novos respiradores enviados pelo Ministério da Saúde. Os detalhes para onde os equipamentos vão serão divulgados hoje.

---

# 60

equipamentos foram enviados para a capital pelo Ministério da Saúde

## Portaria que remanejava verba do Bolsa Família é revogada

### AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O governo revogou ontem a portaria que remanejava R\$ 83,9 milhões do programa Bolsa Família para a publicidade legal. Originalmente prevista para entrar em vigor a partir de 2 de junho, a medida autorizava que uma parte do dinheiro do programa que estava parada devido ao auxílio emergencial (os beneficiários de ambos recebem apenas a maior parcela) poderia ser aplicada na Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom).

A Portaria 13.866, que trata da revogação, foi publicada ontem em edição extra do Diário Oficial da União e é assinada pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. A realocação de recursos não influenciaria no pagamento regular das mensalidades do Bolsa Família, segundo informa-

ções divulgadas pela pasta.

De acordo com o Ministério da Economia, com a alocação de recursos do auxílio emergencial, os gastos com o Bolsa Família caíram de uma média de R\$ 2,5 bilhões ao mês, em 2020, para cerca de R\$ 113,1 milhões em abril. A recomposição de receitas é prevista e autorizada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) de 2020.

### Orçamento

Em nota, a pasta ressaltou que o remanejamento do Bolsa Família já havia sido aprovado pela Junta de Execução Orçamentária para recompor o orçamento da Secom, cuja verba tinha sido diminuída pelo Congresso Nacional durante a tramitação do Orçamento Geral da União de 2020.



**COVID-19** A queda foi de 26,5% em abril, em relação ao mesmo mês de 2019, e de 24,7%, na comparação com março

## PRODUÇÃO INDUSTRIAL BAIANA REGISTRA RETRAÇÃO HISTÓRICA

### DA REDAÇÃO

A produção industrial baiana teve uma queda histórica de 26,5% em abril, em relação ao mesmo período do ano anterior, e de 24,7%, em relação ao mês de março, de acordo com dados divulgados ontem da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este foi o maior recuo da indústria baiana desde 2002 e os resultados refletem os efeitos do isolamento social para combater a pandemia, com a paralisação ou redução expressiva das atividades em várias unidades produtivas.

A queda de produção baiana foi maior que a nacional, que foi de 18,8% de março para abril. As maiores retrações foram no estado do Amazonas (-46,5%) e Ceará (-33,9%). Já no Pará (4,9%) e em Goiás (2,3%), a indústria voltou a crescer, após as quedas verificadas na passagem de fevereiro para março.

O estado da Bahia teve a quinta maior retração. Ainda segundo o IBGE, nos 12 meses encerrados em abril,



O principal impacto negativo no setor na Bahia em abril foi da indústria automobilística, uma queda de 97,2%

a produção industrial baiana também se mantém no negativo (-2,5%), frente aos 12 meses anteriores.

De acordo com a pesquisa, o recuo refletiu quedas tanto na indústria de transformação (-26,6%) quanto na indústria extrativa (-24,9%). Na Bahia, das 11 atividades da indústria de transformação, apenas três tiveram resultados positivos: celulose, papel e produtos de papel (5,6%), de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (4,2%) e a indústria alimentícia (1,8%).

Das oito atividades industriais com queda na produção no estado, o principal impacto negativo veio da indústria automobilística, em que a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias caiu expressivos 97,2% ante abril de 2019. Foi o maior recuo no mês e a maior contribuição para o resultado negativo geral.

A queda na produção automobilística foi decisiva também para o recuo na fabricação de produtos de borracha e material plástico (-67,6%).

**RESPIRADORES** Serão apurados eventuais atos de improbidade administrativa em contrato

## MPF VAI INVESTIGAR COMPRAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

**RODRIGO AGUIAR**

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil para investigar eventuais atos de improbidade administrativa no contrato firmado pelo Consórcio Nordeste com a empresa Hempcare, alvo da Operação Ragnarok, realizada na última semana pela Polícia Civil da Bahia. O consórcio é presidido pelo governador Rui Costa (PT).

Na segunda-feira, o processo referente à Operação Ragnarok que tramitava na Justiça baiana foi encaminhado para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), responsável por processar e julgar governadores.

Citado pela empresária Cristiana Prestes, dona da Hempcare, como responsável pela negociação de 300 respiradores, Bruno Dauster

foi exonerado da Casa Civil do governo da Bahia na última quinta-feira.

Em reunião virtual na segunda-feira, a Comissão Parlamentar Interestadual de Acompanhamento e Fiscalização do Consórcio Nordeste decidiu pedir à Polícia Federal (PF) que investigue a suposta fraude na compra dos equipamentos. O con-

trato previa a aquisição de 300 respiradores, ao custo de R\$ 48,7 milhões. Os equipamentos nunca foram entregues.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP), o prejuízo para o estado foi de aproximadamente R\$ 10 milhões. A Bahia ficaria com 60 respiradores e cada um dos ou-

tros estados nordestinos receberia 30 equipamentos.

No dia 1º de junho, segunda-feira, foram presos Cristiana Prestes, o seu sócio Luiz Henrique Ramos, e o empresário Paulo de Tarso, que se apresenta como CEO da empresa Bioenergy, também investigada. Na última sexta-feira, os três foram soltos, ao fim do prazo da

prisão temporária.

A Polícia Civil da Bahia suspeita que as empresas HempShare e Biogeoenergy usariam os R\$ 48,7 milhões pagos pelo Consórcio Nordeste na produção de respiradores não autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) - irregulares, portanto.

Em maio, o governo do Estado chegou a anunciar que assinaria um protocolo de intenções com a Biogeoenergy para a fabricação de respiradores de baixo custo em Camaçari, o que foi comemorado pelo vice-governador do Estado e secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, João Leão (PP). "Estamos vivendo um período muito difícil. A Bahia sente privilegiada de uma fábrica dessa natureza se instalar por aqui", declarou.

**Segunda-feira, o processo referente à Operação Ragnarok foi encaminhado ao STJ**

**Contrato previa a aquisição de 300 respiradores, ao custo de R\$ 48,7 milhões**

**Citado pela dona da Hempcare, Bruno Dauster acabou exonerado da Casa Civil**



# Tribuna

## Raio Laser

### Queda de braço

O vexame da antecipação das férias de magistrados do Tribunal de Justiça da Bahia, suspenso pelo Conselho Nacional de Justiça, foi antecedido de uma acalorada discussão na mesa diretora do Judiciário baiano, na qual a turma do presidente, Lourival Trindade, em maioria, conseguiu aprovar a iniciativa que beneficiaria toda a categoria de juizes e desembargadores.



**Lourival Trindade**

### Pesou

O que pesou imensamente para que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidisse suspender o novo privilégio a que os magistrados baianos pretendiam se autoconceder foi o argumento expresso na decisão de que eles, na prática, estavam se antecipando à muito provável dificuldade que o governo baiano teria para lhes pagar mais à frente o benefício em decorrência da queda na arrecadação causada pelo efeito econômico da pandemia.

### Digital

O Detran-BA está migrando todos os serviços online do órgão para a plataforma do SAC Digital. O trabalho foi intensificado neste período de pandemia do novo coronavírus e será contínuo. Durante a crise sanitária, alguns procedimentos de habilitação estão disponíveis no site ([www.sacdigital.ba.gov.br](http://www.sacdigital.ba.gov.br)) e aplicativo SAC Digital, exclusivamente por hora marcada. Na mesma plataforma, a pessoa pode baixar e imprimir o documento do carro, sem sair de casa.

### Sem bancos!

O ministro Paulo Guedes anunciou ontem, durante a reunião do Conselho de Ministros, mais uma forma de apoio às micro e pequenas empresas. Cansado com a insensibilidade dos grandes bancos em não socorrerem os que produzem - e geram empregos -, Guedes mandou a Receita Federal oferecer crédito diretamente àqueles que faturam anualmente até R\$ 4,8 milhões, como socorro emergencial para enfrentar a crise gerada pela pandemia. Para os cadastrados no e-Cac, a oferta chegará via internet. Vai ter gente achando que é trote.



**Paulo Guedes**

### Contra

A OAB-BA chegou a se manifestar contra a decisão do TJ-BA. Em nota, a entidade afirma entender "que a medida é totalmente inapropriada diante das sérias restrições orçamentárias que o TJ-BA e o Estado enfrentam, agravadas pela crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19. Causa perplexidade, que, frente a momento tão difícil que a população atravessa, com graves perdas econômicas, uma pequena parcela, já beneficiada por rendimentos muito acima da média nacional, seja agraciada com uma medida dessa natureza, completamente inoportuna. No momento em que o TJ-BA vive um esforço de reconstrução de sua imagem, esta medida em nada contribui para o fortalecimento da instituição junto à sociedade", diz o texto.

### Sem pedágio

O juiz Ronald de Souza Tavares Filho, de Formosa do Rio Preto, determinou que o grupo do suposto cônsul da Guiné-Bissau Adailton Maturino suspenda imediatamente a cobrança de pedágio de agricultores da região para que eles possam permanecer em suas terras. Ontem, o juiz concedeu liminar à Associação dos Produtores Rurais da Chapada dos Mangabeiras (Aprochama), que representa cerca de 200 produtores de soja do Oeste baiano, suspendendo os pagamentos.



**Adailton Maturino**

### Comemoração

Senadores da oposição comemoraram ontem, no Twitter, a decisão do governo federal que cancelou a transferência de recursos do Bolsa Família para a área de Comunicação. Após repercussão, o Executivo decidiu revogar portaria que transferia R\$ 83,9 milhões do Bolsa Família para ações da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República.

### Boa notícia

O valor referente à compra de 750 respiradores adquiridos pelo Consórcio do Nordeste foi devolvido ontem (9) pela empresa Pulsar, que não conseguiu cumprir os prazos de entrega exigidos no contrato. Por uma questão de segurança, o presidente do Consórcio, Rui Costa, solicitou a imediata devolução dos recursos quando a empresa não cumpriu o prazo de entrega. A decisão já foi informada aos demais governadores e o valor referente a cada Estado já está sendo transferido para as respectivas contas oficiais. O valor total da compra foi de US\$ 7.930.000,00. A boa notícia foi dada pelo gestor baiano, que se desgastou com os colegas principalmente porque as tratativas para a aquisição do equipamento foram feitas por seu ex-chefe da Casa Civil, Bruno Dauster, que se demitiu depois do problema.



**Rui Costa**

# Tribuna

## ACM Neto diz que não vai permitir “retorno irresponsável” em Salvador

O prefeito ACM Neto (DEM) defendeu ontem que a flexibilização do isolamento social em Salvador será feita de maneira gradual e responsável. O gestor afirma que se orienta em critérios rigorosos e técnicos, baseados em dados do avanço do coronavírus. Neto também voltou a rechaçar a abertura dos shoppings centers na próxima e reiterou: “Não vamos permitir nenhum retorno irresponsável”.

“Não adianta fazer como outras cidades que toma uma medida e depois recua. As coisas aqui vão acontecer com muito critério, com base em dados. O principal é a taxa de ocupação dos

leitos clínicos e de UTI”, disse durante a entrega da obra de requalificação da avenida Ulysses Guimarães, de Sussuarana.

Neto afirmou que o retorno será feito com segurança. “Vi muita fake news ontem e até matéria de sites dizendo que havia uma decisão minha de retomar os shoppings centers no dia 15 ou 16. Não é verdade. Ainda não há segurança para anunciar ao retorno dos shopping centers. Eu sei que os lojistas estão aflitos, eu também estou”, revelou.

O democrata se refere aos rumores de que alguns shoppings, a exemplo do Shopping da Bahia, estão se

preparando para a reabertura dos trabalhos nos próximos dias. O centro comercial divulgou um vídeo institucional afirmando que está tomando medidas de precaução e seguindo protocolos para voltar com a circulação no local. “A decisão final será tomada com cuidado e critério”, garantiu o prefeito.

A Bahia registra 30.481 casos confirmados de coronavírus (Covid-19), o que representa 19,03% do total de notificações no estado. O boletim epidemiológico ainda contabiliza 13.484 pessoas recuperadas, 937 óbitos e 16.060 indivíduos monitorados pela vigilância



epidemiológica e com sintomas da Covid-19, o que são chamados de casos ativos. Os casos confirmados ocorreram em 342 municípios do estado, com maior proporção em Salvador (57,73%).

O secretário municipal

da Saúde, Leo Prates, revelou ontem que a capital baiana está com 73% dos leitos destinados a paciente com Covid-19 ocupados. “Temos conseguido manter as taxas não pela queda de demanda, mas pela oferta

de leitos. Voltamos a pedir para que a população fique em casa. Temos 73% de ocupação de leitos na capital, fruto do esforço da prefeitura de Salvador e governo do Estado”, afirmou, em entrevista à TV Bahia. (HB)



## Produção Industrial baiana caiu 26,5% em abril

### DA REDAÇÃO

Em abril de 2020, a produção industrial (de transformação e extrativa mineral) da Bahia, ajustada sazonalmente, recuou 24,7% frente ao mês imediatamente anterior, após queda de 5,1%, em março de 2020. Esse resultado reflete, principalmente, o agravamento dos efeitos do distanciamento social no estado a partir de meados do mês de março devido a Covid-19, que afetou o processo de produção em várias unidades produtivas do estado. Na comparação com igual mês do ano anterior, a indústria baiana assinalou declínio de 26,5%. No acumulado do ano, a indústria registrou queda de 1,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O indicador, no acumulado dos últimos 12 meses, apresentou redução de 2,5%, frente ao mesmo período anterior. As informações fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas ontem, sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

No confronto de abril de 2020 com igual mês do ano anterior, a indústria baiana apresentou redução de 26,5%, com apenas nove das 12 atividades

pesquisadas assinalando queda da produção. O setor de Derivados de petróleo (4,2%) apresentou a principal influência positiva no período, explicada, especialmente, pela maior fabricação de óleos combustíveis e naftas para petroquímica. Outros resultados positivos no indicador foram observados nos segmentos de Celulose, papel e produtos de papel (5,8%) e Produtos alimentícios (1,8%). A principal contribuição negativa foi em Veículos (-97,2%), influenciada, principalmente, pela menor fabricação de automóveis com motor a gasolina, álcool ou bicom bustível e painéis ou quadros (incompletos) para instrumentos dos veículos automotores. Outros setores que apresentaram resultados negativos foram: Borracha e material plástico (-87,6%), Metalurgia (-35,4%), Couro, artigos para viagem e calçados (-70,1%), Produtos químicos (-12,5%), Extrativas (-24,9%), Bebidas (-56,9%), Minerais não metálicos (-27,4%) e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-51,2%).

No acumulado do primeiro quadrimestre de 2020, comparado com o mesmo período do ano anterior, a produção industrial baiana registrou queda de 1,8%. Positivamente, destacou-se Derivados de petróleo que registrou aumento de 31,9%.

# Tribuna

## Situação difícil: Turismo de Salvador vive a pior crise dos últimos 50 anos

LÍCIO FERREIRA  
REPORTER

**O**turismo em Salvador está vivendo a sua maior crise nos últimos 50 anos. A revelação é do presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FeBHA) Sylvio Pessoa que complementa: "São mais de 400 hotéis e 6 mil bares e restaurantes vivendo numa difícil situação e muitos não terão fôlego para voltar a operar quando da retomada dos negócios. Entre 40% a 50% deles terão o mesmo destino, vez que as linhas de crédito estão difíceis, com muito protocolos sendo exigidos pelos bancos".

Esse depoimento do presidente da FeBHA tem como lastro o relatório de "Diária Média e Ocupação", do mês de maio de 2020 dos 25 maiores hotéis de Salvador, os quais fecharam

com ocupação de 3,05% sendo inferior 48,80 pontos percentuais ao mesmo período do ano anterior. "Destes, apenas 6 hotéis continuam em operação fechando ocupação média de 12,70% no mês citado" discorre Sylvio Pessoa.

Segundo a liderança do setor esta é a maior crise que o turismo enfrenta nos últimos 50 anos. "São mais de 400 hotéis e 6.000 Bares e Restaurantes em Salvador, muitos dos quais não voltarão a operação. Calculamos entre 5% a 10% dos meios de hospedagem não tenham fôlego para voltar a operar e, entre 40% a 50% dos Bares e Restaurantes, muitos terão o mesmo destino, pois as linhas de crédito estão difíceis com muitos protocolos bancários", explica.

Ele também reconhece que infelizmente o setor será entre os últimos a voltar a normalidade. "A grande maioria espera voltar com 20%

da capacidade a partir de 01 de julho. Mas, dependemos muito de malha aérea, pois somos um país continental. Nossa aposta é no turismo doméstico. Para isto teremos que ter rígidos protocolos de segurança e convencer o público final de que estamos aptos para o bem receber", comenta

### ELOGIOS E CRÍTICAS

Da mesma maneira em que relata os tristes tempos que vive o setor de turismo, o presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FeBHA) Sylvio Pessoa dispara elogios e críticas aos governantes do município e do Estado. "A Prefeitura de Salvador tem que fazer o planejamento da retomada do setor com muita mídia institucional digital, lembrando os brasileiros do destino fantástico que somos, mas o tempo de recuperação é o nosso inimigo", lamenta. "Já do Governo do



### SÓ NA MEMÓRIA

Sem perspectiva de retorno

Estado estamos órfãos há muito tempo e fomos relegados a segundo plano, apesar de representarmos 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e sermos os maiores empregadores do país depois do Agronegócio", valoriza.

Sylvio Pessoa lembrou que a sua entidade (FeBHA) está disponibilizando um guia digital "com todos os protocolos de segurança pós-Covid 19 para ser utilizado pelos hotéis, bares e restaurantes tão logo a retomada seja anunciada pelas autoridades locais.



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 10/06/2020	Página: 06

# Tribuna

## CBF vai emprestar dinheiro a Bahia e Vitória com juro zero

A CBF vai disponibilizar aos Clubes que disputam a Série A do Campeonato Brasileiro uma linha de crédito total de até R\$ 100 milhões, a juro zero. Os recursos serão concedidos tendo como garantia os valores a receber pelos clubes referentes aos contratos de direitos de transmissão das competições que disputam e prêmios por desempenho. O Bahia tem crédito para solicitar até R\$ 5 milhões, para compensar as perdas do Tricolor com a paralisação do futebol por conta da pandemia do coronavírus.

**Série B** - Os clubes da 2ª Divisão do Brasileiro receberão um adiantamento total de cerca de R\$ 15 milhões, sobre os valores que tem a receber sobre o contrato de direitos de transmissão com o Grupo Globo. Devido ao adiamento do início da competição por conta da epidemia, a emissora fechou com os clubes e a CBF um acordo que redesenhou o

calendário de pagamentos, com redução das parcelas previstas para os meses de abril, maio e junho.

A CBF já havia feito outro adiantamento de pagamento de direitos de transmissão aos clubes da Série B, no valor de R\$ 11,4 milhões. Assim, os valores antecipados aos participantes da competição signatários do contrato já chegam a R\$ 26,4 milhões de reais.

**Desistência** - A CBF comunicou à FIFA a retirada da candidatura do Brasil para sediar da próxima Copa do Mundo Feminina, que será realizada em 2023. Através de nota oficial, a entidade informou que não foram apresentadas as garantias do Governo Federal para a realização da competição, e que vai apoiar a candidatura da Colômbia, que estará concorrendo com o Japão e dois países que querem promover o evento em parceria: Nova Zelândia e Austrália. A candidatura vencedora será anunciada pela FIFA no dia 25 de junho.

# Tribuna

## Mais de 960 mil pedidos de seguro desemprego

O ESTADO DE S. PAULO

Com a crise econômica decorrente da pandemia de covid-19, a quantidade de pedidos de seguro-desemprego chegou a 960.258 em maio, um aumento de 53% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando os pedidos somaram 627.779.

De acordo com dados divulgados ontem pelo Ministério da Economia, as solicitações no mês passado representam ainda um crescimento de 28,3% em relação a abril deste ano, quando totalizaram 748.540.

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2020, os pedidos de seguro-desemprego somam 3.297 milhões, o que significa uma alta de 12,4% em relação ao período entre janeiro e maio de 2019, quando as solicitações somaram 2.934 milhões.

Os pedidos de seguro-desemprego em maio foram distribuídos entre serviços (42%), comércio (25,8%), indústria (20,5%), construção (8,2%) e agropecuária (3,4%). O Estado de São Paulo liderou o número de requerimentos no mês, com 281.360 solicitações, seguido por Minas Gerais (103.329) e Rio de Janeiro (82.584).

O ministério detalha ainda que 58,7% dos solicitantes do benefício no mês passado eram homens e 41,3%, mulheres. Por faixa etária, a maior parcela dos solicitantes do seguro desemprego em maio estava entre 30 e 39 anos, com 32,3% do total. Em termos de escolaridade, 61,4% dos pedidos eram de pessoas com ensino médio completo.

Segundo a Economia, com a reabertura das unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine) no fim de abril, não há mais fila de espera para os pedidos de seguro-desemprego. Ainda assim a pasta destaca que metade dos requerimentos realizados em 2020 foi feita pela internet, ante apenas 1,5% do total no mesmo

## Bolsonaro sugere reduzir salário de parlamentares para elevar auxílio

BRASIL ECONÔMICO

Após o governo confirmar a ampliação do auxílio emergencial e a redução do valor das novas parcelas, que deverão ser duas de R\$ 300, o presidente Jair Bolsonaro citou, em conversa com jornalistas na saída do Palácio do Planalto após reunião ministerial, o alto custo do programa e disse que, por ele, o valor poderia

ser aumentado para até R\$ 1.000, desde que fosse possível pagar. Como "solução", ele sugeriu cortar salários de parlamentares que defendem a manutenção dos R\$ 600 no auxílio.

"Eu sei que tem parlamentar que quer mais duas de R\$ 600. Tudo bem, se diminuir o salário do parlamentar, e ser usado para pagar isso aí, tudo bem", provocou Bolsonaro.

## Governo volta atrás e devolve R\$ 83,9 milhões ao Bolsa Família

G1

O governo federal revogou ontem a portaria que transferia R\$ 83,9 milhões do programa Bolsa Família para a Secretária de Comunicação da Presidência da República. A portaria de revogação foi assinada pelo Secretário Especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Uma portaria publicada na edição da última quinta-feira (4) no "Diário Oficial da União", também assinada por Waldery, havia transferido R\$ 83,9 milhões de recursos do programa Bolsa Família para a comunicação institucional do Palácio do Planalto.

A verba era originalmente destinada ao Bolsa Família na região Nordeste. Segundo o governo, a transferência de dinheiro do Bolsa Família para a Secom tinha sido motivada por uma baixa execução orçamentária do programa.

Isso porque beneficiários puderam optar por receber o Bolsa Família ou o auxílio emergencial de R\$ 600, criada para ajudar trabalhadores informais afetados pela crise do coronavírus.

A justificativa do governo é que houve elevada procura pelo auxílio, de valor maior, o que fez parte do dinheiro para o Bolsa Família ficar sem uso.

Em nota, o governo informou ainda que para atender à regra do teto de gastos é preciso compensar a ampliação de uma despesa com a redução de outra.

O auxílio emergencial é de R\$ 600, superior ao benefício médio do Bolsa Família (R\$ 188,16 em março).

### CRÍTICAS À MEDIDA

Quando o governo editou a portaria, o diretor Transparência Brasil (entidade que analisa gastos públicos), Manoel Galdino, disse que a medida era "injustificável".

"Tirar esse dinheiro agora vai prejudicar essas famílias agora e nos próximos meses, quando o auxílio emergencial acabar. E a segunda razão é que transferir esse dinheiro para publicidade da Secom, que não é do Ministério da Saúde, é injustificável. É absurdo diante da necessidade humana de comer, de pagar suas contas, de pagar seu aluguel, ter onde morar, que é super importante neste momento de crise econômica em que o país está vivendo. O governo não tem que estar preocupado com política agora, com o governo Bolsonaro, falar das ações do governo, sendo que tem gente passando fome e gente morrendo", afirmou.



# Tribuna

## Ministro Paulo Guedes vai criar o programa 'Renda Brasil' e incluir mais brasileiros

OGLOBO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, em reunião ministerial em Brasília com a presença do presidente Jair Bolsonaro e os demais chefes de ministérios, que deve reformular o programa Bolsa Família e criar o "Renda Brasil", que incluiria trabalhadores informais, que hoje recebem o auxílio emergencial de R\$ 600. Guedes não detalhou o novo programa de transferência de renda, mas

citou o trabalho do governo para criá-lo após o fim do pagamento do auxílio.

Nesta segunda, o ministro da Economia já havia se encontrado com líderes de partidos para citar a ideia do governo de incluir os beneficiários do auxílio emergencial em um novo programa do Bolsa Família, segundo deputados ouvidos pelo GLOBO. A iniciativa ainda está sendo formulada pelo governo. Valores sobre o benefício e custo para o Orçamento não foram detalhados pelo ministro.

Guedes disse na véspera,

segundo deputados, que há pessoas em faixa de renda intermediária no Brasil que nenhum governo havia identificado e cadastrado.

O ministro fez um breve histórico do Bolsa Família, programa voltado para a extrema pobreza, e argumentou ser necessária uma reformulação.

A faixa que não vive na miséria, mas "não tem uma condição boa" poderia ser atendida pelo programa. Isso estimularia essas pessoas a progredir e a ter uma colocação melhor no mercado de trabalho. O benefício seria a

complementação da renda desses trabalhadores.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou também que o governo vai ampliar o auxílio emergencial, garantindo mais duas parcelas de valor menor, e, após isso, reformular programas sociais. Segundo Guedes, o novo programa se chamará "Renda Brasil" e terá quem hoje recebe o Bolsa Família e trabalhadores informais.

"Por dois meses, nós vamos estender o auxílio emergencial. Nós estávamos num nível de emergência total, a R\$ 600, vamos



**GUEDES**  
Ministro se volta para o social

começar agora uma aterrissagem, com uma unificação de vários programas sociais e o lançamento de um Renda Brasil, que o presidente vai lançar", disse Guedes no Planalto.

Guedes afirmou ainda que vai aproveitar o cadastro do auxílio emergencial,

voltado principalmente para trabalhadores informais, para lançar um programa de geração de empregos formais. O ministro se refere à Carteira Verde e Amarela, que deve permitir a contratação de empregados sem encargos trabalhistas.





ELDI CORRÊA/GOVBA

Com 1.527 km de extensão, a Fiol ligará o futuro porto de Ilhéus, no sul da Bahia, a Figueirópolis, no estado do Tocantins

custos de transportes - a atração de novos negócios e em presas, beneficiando dezenas de municípios

"A partir do investimento em infraestrutura diversas oportunidades vão ser alavancadas. Hoje, ao longo do corredor da Fiol, existem várias ocorrências minerais que podem se transformar em operações. A modernização da infraestrutura logística, certamente, colocará a Bahia numa posição muito competitiva", diz Jean Silveira, economista e especialista em logística.

#### RECEITA GARANTIDA

José Carlos Valle, coordenador executivo de infraestrutura da Casa Civil do governo do estado diz que a Bamin está pronta para usar o equipamento logístico. "O lado muito positivo deste trecho, de Ilhéus a Caetitê, é que a ferrovia já nasce tendo um cliente que consegue absolver de 30% a 32% da capacidade da ferrovia. Ou seja, você já tem um negócio com um cliente cativo, com uma receita garantida", conta.

"O resto é consequência. Na linha do trecho da ferrovia existem diversos outros projetos minerais, aguardando a onda chegar. E qual é esta onda? A ferrovia. A Fiol chegando vai possibilitar com que estes projetos que estão parados ou andando devagar, deem uma guinada e aí sim teremos um novo cenário econômico nessas regiões".

José Carlos Valle lembra que, com a crise econômica e a parada das obras da Fiol, o governo baiano iniciou então, à pedido da União, o estudo de viabilidade técnica e econômica para a concessão do trecho 1. Foram investidos pouco mais de R\$ 3 milhões. "Foi feita uma licitação e contratada uma consultoria que fez os estudos de demanda e de viabilidade da ferrovia. Na sequência foram realizadas audiências públicas e em meados do ano passado, o processo de concessão foi enviado para o TCU. A qualquer momento o TCU deve liberar o edital de licitação" afirmou.

O diretor-executivo da ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários), Fernando Paes, diz que alguns desafios da Fiol já foram superados com o leilão no ano passado do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul. "Vocês têm uma obra já em andamento, mas é preciso definir agora como será feita a conclusão".

**TRILHOS PARA O PROGRESSO É UM PROJETO SOBRE A FIOI, REALIZADO PELO JORNAL CORREIO, COM O PATROCÍNIO DA MINERAÇÃO CARAIBA S/A, BAMIN, VARNADIO DE MARACÁS S/A, SINDIMIBA - MINERAÇÃO NA BAHIA E RHI MAGNESITA E APOIO INSTITUCIONAL DA COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL (CBPM).**

# À espera do trem do desenvolvimento

**Projeto** Conclusão de Fiol vai modernizar infraestrutura e atrair novos investimentos

**Geraldo Bastos**

REPORTAGEM

geraldo.bastos@redebahia.com.br

A Bahia conseguiu nos últimos anos diversificar a sua economia, atrair importantes investimentos na área industrial, ganhar novos mercados no exterior e conquistar um lugar de destaque em setores estratégicos como energia renovável e mineração. Mas uma coisa ainda atrapalha: o estado segue com deficiências em sua infraestrutura. A expectativa do setor produtivo, no entanto, é que esta realidade comece a mudar ainda este ano com a concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol).

O Ministério de Infraestrutura prevê que o setor ferroviário do país terá investimentos de R\$ 30 bilhões ao longo dos próximos cinco ou seis anos. A boa notícia é que a Bahia é uma das principais prioridades da pasta. A meta do governo federal é leiloar o trecho 1 da Fiol, que vai de Ilhéus a Caetitê, ainda em 2020. Serão 537 quilômetros concedidos a iniciativa privada. Deste total, 76,2% do trecho já foi construído pela Valec (a estatal de ferrovias). A previsão é que seja necessário mais R\$ 1,14 bilhão para a conclusão das obras.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou em novembro o plano de outorga, estudos técnicos e documentos jurídicos relativos à concessão. Também foi definido que o valor de outorga mínimo será de R\$ 143 milhões. O leilão será realizado pelo critério de maior outorga, ou seja, vence quem oferecer o maior valor em cima do lance mínimo. A minuta do edital de concessão, inclusive, já está sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Em seguida, será lançado o edital. A expectativa é de que o certame atraia consórcios de empresas, principalmente da China. O prazo de concessão será 33 anos.

Quando estiver pronto, o trecho entre Caetitê a Ilhéus terá capacidade para transportar até 60 milhões de toneladas por ano. A principal mercadoria a ser escoada é o minério de ferro proveniente das minas da Bamin. A demanda prevista é de 18 milhões de toneladas por ano. Este volume de carga poderá ser complementada com cerca de 3 milhões de toneladas de grãos provenientes da região de Barreiras.

#### EMPENHO

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, tem se empenhado em concluir o projeto da Fiol. No mês passado, ele percorreu o trecho 2 da

ferrovia e visitou o canteiro de obras e uma fábrica de dormentes em São Desidério. Durante a vistoria, anunciou que o 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BEC), de Barreiras, e o 2º Batalhão Ferroviário, de Araguari, serão responsáveis pela conclusão das obras entre as cidades de Correntina e Santa Maria da Vitória, com aproximadamente 20 km de extensão. A expectativa é que o contrato da parceria entre a Valec e o Exército seja assinado em até 60 dias e que a obra seja retomada já no início de agosto.

O trecho 2 da Fiol, entre Caetitê e Barreiras, tem 485,4 km de extensão, conta com investimento de R\$ 2,7 bilhões e encontra-se com 39% das obras executadas. Seu traçado busca conectar a região produtora de grãos do oeste da Bahia ao porto de Ilhéus.

A conclusão da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol) e a construção do Porto Sul são consideradas obras fundamentais para a expansão da economia baiana e a interiorização dos investimentos. Juntos, os dois empreendimentos terão impacto não apenas em megaprojetos do setor mineral, como o da Bamin, mas também sobre outros segmentos da economia, sobretudo o agronegócio. Mais que isso: vai viabilizar - com a redução dos

#### SAIBA MAIS SOBRE A FIOI

● **Trechos Ilhéus/Caetitê** (com 537,2 km de extensão e investimento previsto de R\$ 3,4 bilhões); **Caetitê/Barreiras** (tem 485,4 km de extensão e investimento da ordem de R\$ 3 bilhões)

● **Benefícios** Reduzir os custos de transporte de grãos, álcool e minérios destinados aos mercados internos e externos; aumentar a produção agroindustrial da região, motivada por melhores condições de acesso aos mercados nacional e internacional; interligar os estados de Tocantins, Maranhão, Goiás e Bahia aos portos de Ilhéus/BA e Itaquí/MA, o que proporcionará melhor desempenho econômico de toda a malha ferroviária; incentivar os investimentos, a modernização e a produção; melhorar a renda e a distribuição da riqueza

● **Objetivos** Estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga de longa distância; favorecer a multimodalidade; favorecer a malha ferroviária brasileira; propor nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração por meio do terminal portuário de Ilhéus





Primeira igreja erguida no Brasil está no Centro Histórico da cidade, o 6º destino mais procurado do país segundo Ministério do Turismo

# Porto Seguro perde 300 mil turistas

**Prejuízo** Trabalhadores do setor gravam vídeo para apelar por ajuda ao Governo

**Marcela Villar\***  
 REPORTAGEM  
 marcelavillars@gmail.com

Porto Seguro vive do turismo e é o sexto destino mais procurado do Brasil segundo o Ministério do Turismo. O setor corresponde a quase 90% do PIB (Produto Interno Bruto) municipal e 40% da mão de obra empregada na cidade. Segundo a Secretaria de Turismo municipal, 17 segmentos econômicos dependem diretamente da atração de visitantes. Em 2019, foram 1,8 milhão de turistas recebidos. Porém, com o novo coronavírus, desde 20 de março que os estabelecimentos de hotelaria não podem abrir ao público. Neste período, foram 300 mil turistas perdidos de acordo com o secretário municipal de turismo, Paulo Magalhães. A rede da cidade tem 500 alojamentos e 47 mil leitos. O prejuízo – só na arrecadação da prefeitura – chega a quase R\$ 600 milhões.

A situação, além de prefeitura, afeta trabalhadores e empresas. Associações que dependem da atividade fizeram um vídeo apelando por ajuda ao Governo do Estado.

“Quase todo mundo aqui vive do turismo”, dizem. Participaram da realização do vídeo o Sindhesul, CDL, Aceps, ABIH, Sindicato dos Taxistas, Sindicato dos Guias de Turismo, Associação dos Barraqueiros e ambulantes da Passarela, entre outras entidades representativas.

Segundo dados obtidos pelo CORREIO, houve uma redução de 71% da arrecadação do ISS (Imposto Sobre Serviço, principal fonte de arrecadação própria das cidades) na comparação entre maio deste ano com o mesmo mês do ano passado. Em abril, também em relação ao mesmo mês de 2019, a redução foi de 66%.

**PLANO**

Até o momento, nenhum plano para auxiliar trabalhadores e empresas do setor foi apresentado pelo Estado ou pelo município. “As prefeituras de cidades pequenas, em geral, não têm a capacidade financeira para poder dar algum auxílio emergencial. A gente depende dos governos federal e estadual”, justificou o secretário de Finanças de Porto Seguro, Paulo Magalhães. Ele ressaltou que a pasta tem ajudado no cadastramento e acesso aos planos de auxílio federal e entregou cestas básicas.

Apesar dos números – são 203 casos e 2 óbitos na cidade – o secretário de Saúde Kerrys Costa Ruas, já trabalha num Plano de Reabertura Municipal. A previsão é de que alguns setores, como o comércio e os hotéis, voltem a funcionar a partir de 2 de julho. “Estamos com um plano e estamos preparados. Até julho, pode ser que ele mude, porque vários setores estão envolvidos e são várias estratégias”, disse. “Vamos ter a retomada gradual do comércio e o turismo é nossa indústria sem chaminé” completou.

O plano, segundo ele, está sendo elaborado com a participação de quase todas as secretarias municipais, além do Ministério Público e da Secretaria Estadual de Segurança Pública, e será lançado até a próxima semana.

Até lá, trabalhadores vão continuar na incerteza. Daniel Isidoro, que é guia receptivo de turismo em Porto Seguro há 27 anos, está sem trabalhar desde o início da pandemia. “Minha receita caiu 100%. Alguns guias conseguiram auxílio do governo federal, como eu. Outros, com carteira assinada, foram demitidos e vivem do seguro-desemprego”, contou.

\* COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

## Ocupação de hotéis tradicionais da cidade vai a zero

O diretor executivo de dois hotéis na cidade – o Porto Seguro Praia Resort e o Porto Seguro Eco Bahia –, Richard Alves, conseguiu manter toda a equipe de 300 funcionários, apesar de a receita ter diminuído em 60%. “A previsão da taxa de ocupação em abril era de 70%, e mais de 80% em julho. E tivemos com 0% da taxa de ocupação entre esses meses” disse Richard. A boa notícia é que quase todos os clientes optaram por remarcar a reserva ao invés de cancelar.

Richard previa um bom retorno financeiro para o ano de 2020 e estima que perdeu cerca de 4 mil clientes nesses três meses. “A gente teve o melhor verão da história no início deste ano e tudo levava a crer que seria o melhor ano do turismo em Porto Seguro. E a gente está tendo o pior. É realmente um impacto muito grande para a empresa”, lamentou. A previsão para que a rede volte a funcionar é em agosto, com 30% da capacidade.

Porto Seguro foi a terceira cidade na Bahia a apresentar um caso de covid-19. De acordo com o último boletim epidemiológico, o município contava até ontem 203 casos e duas mortes.

**0** (zero) é a taxa de ocupação dos hotéis Porto Seguro Praia Resort e o Porto Seguro Eco Bahia entre março e junho

**60%** é a redução da receita dos dois empreendimentos no ano

**4** mil clientes foram perdidos nesses três meses pelos dois hotéis

## Bahia aguarda recurso federal para retomada do setor

O secretário de Turismo da Bahia (SETUR), Fausto Franco, disse que se reuniu com outros secretários de turismo estaduais, com a Agência de Vigilância Sanitária (AN-VISA) e com o Ministério do Turismo para a elaboração de um protocolo único para a retomada do setor. “Queremos aplicar um selo único de protocolo. Nossa maior preocupação para a retomada é com a questão sanitária, temos que mostrar segurança, capacitar a mão de obra e também os donos de estabelecimentos comerciais para que haja essa uniformidade”, esclareceu. Segundo ele, o plano já está pronto, mas ainda precisa da validação a nível estadual.

O secretário revelou ainda que as empresas de turismo estão entre aquelas previstas para receber recursos totais de R\$ 51 bilhões para o enfrentamento da crise. E que o Ministério do Turismo também destinará R\$ 5 bilhões para apoiar as empresas do setor neste momento. Entretanto, não há previsão para que a medida seja promulgada e não há informação sobre o quanto desse total será repassado à Bahia.

**51** bilhões de reais é o valor total que o governo federal pretende repassar a empresa de diversos segmentos, incluindo as de turismo, para o enfrentamento da crise

**5** bilhões de reais é o orçamento que o Ministério do Turismo tem para apoiar empresas do setor



Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 10/06/2020	Página:

# Correio\*

## **SAFRA BAIANA DE GRÃOS DEVE SER 9,4% MAIOR QUE A DE 2019**

**PRODUÇÃO** A estimativa de maio para a safra baiana de cereais, leguminosas e oleaginosas prevê uma produção de cerca de 9 milhões de toneladas neste ano. Isso representa um aumento de 9,4% (ou mais 781.371 toneladas) em relação à safra de 2019 (8,2 milhões de toneladas).

A previsão de maio está 2,2% maior que a de abril, quando a estimativa era de uma safra de 8,8 milhões de toneladas de grãos em 2020, no estado. Isso ocorreu por conta de revisões para cima nas estimativas de produção de soja, milho (1ª e 2ª safras) e algodão.

A previsão da safra 2020 de soja no estado aumentou 2,2%, de abril para maio. A estimativa agora é de uma produção de 5,8 milhões de toneladas neste ano (frente a 5,6 milhões de toneladas em abril). Assim, a safra baiana de soja em 2020 deve ser 9,4% maior que a de 2019 (que foi de 5,3 milhões de toneladas). Também houve revisão para cima em relação às produções de milho 1ª safra, milho 2ª safra e algodão.



**Correio\***

## miriam leitão

[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

O Ministério da Economia poderia ser acusado de estar fazendo contabilidade criativa, por isso recuou da decisão de transferir o dinheiro do Bolsa Família para a comunicação do Palácio do Planalto. Eram R\$ 83,9 milhões, mas a manobra poderia liberar para outros gastos pelo menos R\$ 6 bilhões em três meses. Foi assim: o governo usou o dinheiro do auxílio emergencial e pagou o Bolsa Família. Com isso "sobram" recursos para usar como quisesse. Como escrevi na segunda-feira, no meu blog, as fontes que ouvi disseram que não era ilegal, mas que no mínimo era um erro técnico.

O auxílio emergencial foi pago com crédito extraordinário pedido ao Congresso para essa finalidade. O orçamento do Bolsa Família oscila entre R\$ 2,4 bilhões e R\$ 2,5 bilhões por mês. Em abril, foram gastos apenas R\$ 113 milhões. Ao pagar os beneficiários do Bolsa Família com os recursos do auxílio, o governo ficou com mais liberdade para gastar dinheiro do orçamento. Mas isso misturava despesas obrigatórias com gastos emergenciais aprovados dentro do estado de calamidade.

O argumento do Ministério da Economia foi que os beneficiá-

rios do Bolsa Família tiveram o direito de optar por receber o benefício mais alto. O que me explicaram no Congresso é que sim, eles puderam optar, até pelas mudanças feitas no próprio parlamento. O problema é que o governo poderia ter usado o orçamento para pagar o valor normal, e complementado com os recursos extraordinários.

— Isso permitiria a eles pedir um valor um pouco menor de crédito extraordinário. Eles que se preocupam tanto com o crescimento da dívida. Isso é dívida — disse uma fonte do Congresso.

A contabilidade escolhida produziria uma série de ruídos. O primeiro foi o valor de R\$ 83,9 bilhões para o setor de comunicação do Planalto. De acordo com a nota do Ministério da Economia, "o reforço da dotação advém da solicitação da Presidência da República para recompor seu orçamento". O dinheiro

## Contabilidade criativa de novo?

### Depois que o TCU foi olhar os dados, governo desistiu de remanejar recursos do Bolsa Família

iria para "ações de comunicação e de campanhas publicitárias de caráter educativo, informativo e de orientação do cidadão". É, pode ser. Mas esse setor dirigido pelo secretário Fábio Wajngarten está sempre envolvido em controvérsias.

Isso era só o começo. A decisão de pagar despesa fixa com crédito extraordinário abriria um "espaço orçamentário que poderá ser uti-

lizado para o atendimento de outras despesas da União", segundo a nota de ontem do Ministério da Economia. Ou seja, do ponto de vista da comunicação, também foi péssimo. Cada vez que fosse liberado algum gasto tendo como fonte o dinheiro do Bolsa Família haveria reação.

Mas o que acendeu a luz vermelha no governo foi o movimento do Tribunal de Contas da União para entender o que estava acontecendo. Quatro anos depois da queda de uma presidente por pedaladas fiscais, esse manejo das contas poderia ser entendido como contabilidade criativa. E isso ganharia força no debate político.

O presidente Bolsonaro está às voltas com várias investigações. Neste momento, há o inquérito por suspeita de interferência na Polícia Federal. O presidente conta com a colaboração do Procurador-Geral da Re-

pública para se livrar das suspeitas de cometimento de vários crimes. O inquérito das fake news, cuja investigação será compartilhada com o TSE, se aproxima de pessoas ligadas ao presidente. Há ainda o inquérito das manifestações antidemocráticas das quais ele tem participado. Bolsonaro tem também contra si a trágica administração da pandemia. Ontem, de novo ele deu demonstrações de alienação total da realidade:

— Ninguém morreu por falta de UTI e respirador. Quem morreu não foi por falta de leito. Muitos faleceram, no futuro poderá se comprovar, por não usar a hidroxiquina — disse Bolsonaro.

A esta altura dos acontecimentos, com 38.497 mortos, o presidente é capaz de afirmar algo que contraria todos os fatos. O Ministério da Saúde tentou manipular os números de mortos e foi obrigado a recuar pelo Supremo Tribunal Federal.

Com tanta confusão, o governo preferiu não correr risco de ser acusado de pedalada fiscal. Era só mesmo o que faltava. Por isso, apesar do que disse na nota técnica de segunda-feira, o Ministério da Economia preferiu suspender o repasse para a comunicação da presidência.

# Novos pedidos de seguro-desemprego disparam

**AUMENTO DE 53%** Com a crise econômica decorrente da pandemia de covid-19, a quantidade de pedidos de seguro-desemprego chegou a 960.258 em maio, um aumento de 53% em relação a maio de 2019, quando somaram 627.779. De acordo com dados divulgados ontem (9/6) pelo Ministério da Economia, as solicitações no mês passado representam ainda um crescimento de 28,3% em relação a abril deste ano (748.540).

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2020, os pedidos de seguro-desemprego somam 3,297 milhões, alta de 12,4% em relação ao mesmo período de 2019, quando as solicitações somaram 2,934 milhões.

**3,297**  
milhões de  
trabalha-  
dores  
brasileiros  
solicitaram  
o benefício  
entre 1º de  
janeiro e 31  
de maio  
deste ano

Os pedidos de seguro-desemprego em maio foram distribuídos entre os setores de serviços (42%), comércio (25,8%), indústria (20,5%), construção (8,2%) e agropecuária (3,4%).

O Estado de São Paulo liderou o número de requerimentos, com 281.360 solicitações, seguido por Minas Gerais (103.329) e Rio de Janeiro (82.584).

O ministério detalha que 58,7% dos solicitantes do benefício no mês passado eram homens e 41,3% mulheres. Por faixa etária, a maior parcela dos solicitantes em maio estava entre 30 e 39 anos, 32,3% do total.

Em termos de escolaridade, 61,4% dos pedidos eram de pessoas com ensino médio completo.

Ainda segundo o Ministério da Economia, com a reabertura das unidades do Sistema Nacional de Emprego

(Sine) no fim de abril, não há mais fila de espera para os pedidos de seguro-desemprego. A pasta destaca, porém, que 50,1% dos requerimentos realizados em 2020 foram feitos pela internet, ante apenas 1,5% do total no mesmo período do ano passado.

A pandemia do coronavírus foi oficialmente declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março. Os estados brasileiros começaram a anunciar medidas de distanciamento social, progressivamente, a partir de meados de março, quando o Distrito Federal anunciou a suspensão das aulas. Essas medidas de isolamento afetaram a economia na medida em que estados passaram a permitir apenas o funcionamento de atividades consideradas essenciais, como supermercados e farmácias.

## AUXÍLIO: GUEDES CONFIRMA PRORROGAÇÃO

**DUAS PARCELAS** O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou ontem em reunião ministerial que o auxílio emergencial será prorrogado por mais dois meses, conforme já havia sido anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro. Ele não falou sobre o valor dessas parcelas nem deu detalhes sobre cronograma de pagamentos. No entanto, disse que durante esse tempo o setor produtivo pode se preparar para retomar as atividades, com a adoção de protocolos de segurança.

## INDÚSTRIA TEM QUEDA RECORDE NA BAHIA

**PESQUISA DO IBGE** Em abril, a produção industrial da Bahia mostrou as maiores quedas da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, iniciada em 2002, tanto frente a março (-24,7%), descontados os efeitos sazonais, quanto na comparação com abril de 2019 (-26,5%). Os resultados refletem os efeitos do isolamento social para controle da pandemia de Covid-19. Na média nacional, de março para abril, o recuo da produção industrial brasileira foi de 18,8%.





WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL

**Ministro Paulo Guedes planeja unificar diversos programas sociais em apenas um**

## Governo diz que vai criar programa de renda mínima

**APÓS A PANDEMIA** O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou ontem que o governo federal criará um programa de renda mínima permanente, após a pandemia do novo coronavírus (covid-19), batizado de Renda Brasil. O ministro disse ainda que será criado um programa para geração

de empregos formais, com a retomada do projeto Carteira Verde e Amarela.

"Aprendemos durante toda essa crise que havia 38 milhões de brasileiros invisíveis e que também merecem ser incluídos no mercado de trabalho", disse Guedes durante reunião ministerial coordenada pelo presi-

dente Jair Bolsonaro.

De acordo com o ministro, haverá a unificação de vários programas sociais para a criação do Renda Brasil, que deve incluir os 38 milhões de beneficiários do auxílio emergencial, de três parcelas de R\$ 600, pago em razão da pandemia da covid-19.

Desde 9 de abril, quando

teve início o pagamento do Auxílio Emergencial do Governo Federal, a Caixa creditou cerca de R\$ 7,21 bilhões para os beneficiários baixados, o que representa 9,4% do total nacional dos benefícios pagos até o momento. Em todo país, foram mais R\$ 76,6 bilhões para 58,6 milhões de brasileiros.

Já com o programa Carteira Verde e Amarela, umas das bandeiras de campanha de Bolsonaro, o governo pretende flexibilizar direitos trabalhistas como forma de facilitar novas contratações. "Há regimes onde têm muitos direitos e pouquíssimos empregos e há 40 milhões de brasileiros andando pelas ruas sem carteira assinada. Só que agora nós sabemos quem eles são e vamos formalizar esse pessoal todo", ressaltou Guedes.

O ministro confirmou ainda que o auxílio emergencial será prorrogado por mais dois meses, conforme já havia sido anunciado por Bolsonaro.

## Portaria que tirou R\$ 83,9 mi do Bolsa Família é revogada

**PRA SECOM** O governo federal editou ontem, uma edição extra do Diário Oficial da União (DOU) para revogar portaria do Ministério da Economia que tirou R\$ 83,9 milhões do orçamento do Bolsa Família e transferiu o valor para a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência (Secom), que usaria a verba para ampliar gastos com publicidade.

A anulação do repasse, que foi assinado semana passada pelo secretário de Fazenda da Economia, Waldery Rodrigues ocorre depois de sucessivas críticas de vários setores da sociedade e também depois do Tribunal de Contas da União (TCU) resolver abrir investigação para apurar o remanejamento. A apuração do TCU atende a um pedido do Ministério Público junto ao TCU.

O remanejamento atingiu os recursos previstos para a Região Nordeste do País e causou críticas no Congresso por ocorrer durante a pandemia do coronavírus.

Caderno: Bahia.ba	Veículo: Economia
Data: 09/06/2020	Página: --



Publicado em 09/06/2020 às 16h20.

## **Indústria registra em abril o resultado mais fraco da década, aponta CNI**

***De acordo com pesquisa Indicadores Industriais, todos os índices tiveram queda recorde e registram os menores níveis de toda a série histórica***

Agência Brasil



Foto: José Paulo Lacerda/CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou nesta terça-feira (9) que a redução da demanda de consumo, causada pelo isolamento social, afetou o faturamento das empresas, as horas trabalhadas na produção e a utilização da capacidade instalada da indústria “de forma sem precedentes”.

De acordo com a pesquisa Indicadores Industriais do mês de abril, todos esses índices tiveram queda recorde e registram os menores níveis de toda a série histórica, iniciada em 2010. O emprego industrial foi o menor desde 2004. Em março, os três índices já haviam registrado queda.

A indústria relata perdas de 23,3% do faturamento, queda de 19,4% nas horas trabalhadas na produção e redução de 2,3% no número de empregados em abril, em relação a março deste ano. A utilização da capacidade instalada caiu 6,6 ponto percentual em abril se comparado a março e 8,2 ponto percentual em relação à abril de 2019.

Para a CNI, abril foi o pico da crise, pois foram adotadas medidas de isolamento social na maioria das grandes cidades durante todo o mês. A expectativa da entidade é que a economia comece a retomada ainda neste mês, mas, já na pesquisa de maio, é possível que o cenário industrial apresente leve melhora, com a redução das restrições no fim do mês em algumas localidades.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 09/06/2020	



## ESTADOS E MUNICÍPIOS RECEBEM 1ª PARCELA DE AUXÍLIO



[admin](#) 9 Junho, 2020

Os estados e municípios receberam nesta terça-feira (9) a primeira parcela do auxílio emergencial que, até setembro, irá repassar R\$ 60 bilhões para compensar perdas de arrecadação e gastos extras com saúde por causa da pandemia do coronavírus. A primeira parcela, no total, é de R\$ 15 bilhões. O Tesouro Nacional enviou um comunicado aos estados, Distrito Federal e a mais de 5,7 mil municípios na noite de segunda (8), informando que as ordens bancárias estavam sendo realizadas naquela data e os recursos estariam disponíveis nesta manhã. As próximas três parcelas já têm data para serem pagas: 13 de julho, 12 de agosto e 11 de setembro.

Apenas cinco municípios não receberam: Entre Rios (BA), São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), Indiaroba (SE), Lupércio (SP) e Álvaro de Carvalho (SP). Segundo fontes ouvidas pelo blog, o repasse não ocorreu porque as cidades não responderam ao Tesouro ou informaram não abrir mão das ações judiciais contra a União relacionadas à crise da covid-19. Aprovada pelo Congresso Nacional em 6 de maio, a ajuda foi sancionada pelo presidente da República em 28 de maio. Ela foi planejada para compensar perdas de arrecadação durante a pandemia e também o aumento de gastos com saúde.

Veículo: Bocão News	Coluna: Brasil
Data: 10/06/2020	



*Brasil*

## *Governo prorrogará prazos de suspensão de contratos e redução de jornada*



*10 de Junho de 2020 às 07:22 Por: Alfredo Matos / Ascom Susipe Por: Redação Bnews Ocomentários*

Os prazos previstos na Medida Provisória 936/2020, que permite a redução de jornada e de salários em até 70% e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia do novo coronavírus, foi prorrogado por pelo menos mais um mês pelo governo federal.

A CNN Brasil apurou com fontes da equipe econômica, que a prorrogação será oficialmente anunciada após a MP ser aprovada pelo Congresso. A proposta já foi aprovada pela Câmara e deve ser votada nesta quarta-feira (10) no plenário do Senado.

De acordo com o texto aprovado pelos deputados e que deve ser chancelado pelos senadores, as empresas podem suspender os contratos de trabalho de seus empregados por até 60 dias. Já a redução da jornada e dos salários não poderia passar de 90 dias.

Ainda de acordo com o canal, a decisão do governo é prorrogar cada um desses prazos inicialmente por mais 30 dias. A medida será possível após a Câmara, em acordo com governo, aprovar um dispositivo que permitiu o Executivo prorrogar prazos por meio de um decreto presidencial.

Veículo: G1	Coluna: Economia
Data: 10/06/2020	



## País tem deflação de 0,38% em maio, menor índice em 22 anos

Em 12 meses, IPCA acumula alta de 1,88%, bem abaixo do centro da meta do governo. Com pandemia, alimentos voltam a ser principal despesa do orçamento das famílias, mostra IBGE.

**Por Darlan Alvarenga e Daniel Silveira, G1**

10/06/2020 09h00 Atualizado há 26 minutos



Supermercado em Natal (RN); alimentos voltaram a registrar alta nos preços em maio, segundo o IBGE — Foto: Pedro Vitorino/Cedida

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, caiu 0,38% em maio, após já ter registrado recuo de 0,31% em abril, em meio às consequências da pandemia de coronavírus, segundo divulgou nesta quarta-feira (10) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**).

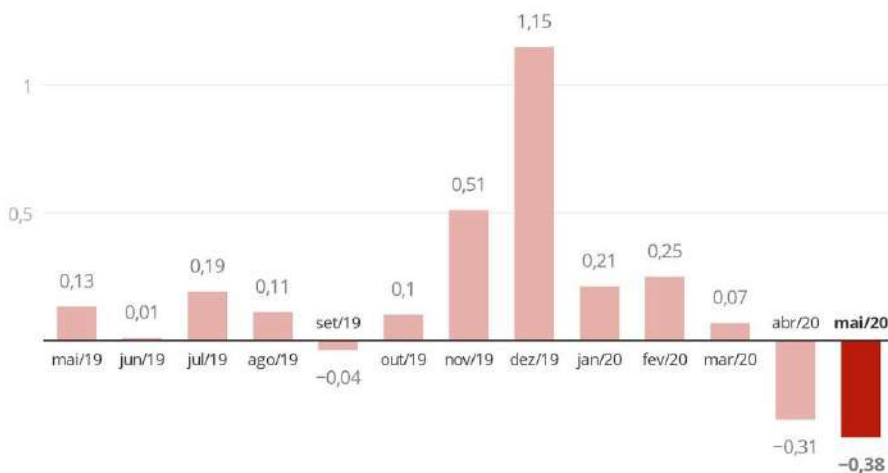
**"É o segundo mês consecutivo de queda nos preços e o menor índice desde agosto de 1998, quando ficou em -0,51%", informou o IBGE.**

De acordo com o gerente da pesquisa, Pedro Kislakov, trata-se da "segunda maior deflação do Plano Real".



## IPCA - Inflação oficial mês a mês

Em %



Fonte: IBGE

### IPCA - Inflação oficial mês a mês — Foto: Economia G1

**No ano, o IPCA passou a acumular queda de 0,16%. Em 12 meses, acumula alta de 1,88%, a menor taxa desde janeiro de 1999 (1,65%) - menor taxa desde janeiro de 1999 –**, refletindo a baixa demanda e a fraqueza da economia, com os brasileiros consumindo menos, quer seja por queda da renda ou em razão do isolamento social e do avanço da pandemia.

Com mais esse recuo, a taxa no acumulado em 12 meses (1,88%) fica ainda mais distante do centro da meta do governo para 2020, que é de 4%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

#### Combustíveis puxam queda mais uma vez

**Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados, 5 tiveram deflação** em maio. Ou seja, na média, a maioria dos preços tiveram mais quedas do que aumentos.

O maior impacto negativo do índice veio mais uma vez do grupo **Transportes (-1,9%)**, puxado principalmente pela queda no **preço dos combustíveis (-4,56%) e das passagens aéreas (-27,14%)**.

- Alimentação e bebidas: 0,24% (0,05 ponto percentual)
- Habitação: -0,25% (-0,04 p.p.)
- Artigos de residência: 0,58% (0,02 p.p.)
- Vestuário: -0,58% (-0,03 p.p.)
- Transportes: -1,90% (-0,38 p.p.)
- Saúde e cuidados pessoais: -0,10% (-0,01 p.p.)
- Despesas pessoais: -0,04% (0 p.p.)
- Educação: 0,02% (0 p.p.)
- Comunicação: 0,24% (0,01 p.p.)

**“A gasolina é o principal subitem em termos de peso dentro do IPCA e, caindo 4,35%, acabou puxando o resultado dos transportes para baixo, assim como as passagens aéreas, que tiveram uma queda de 27,14% e foram a segunda maior contribuição negativa no IPCA de maio”, afirmou Kislakov.**



O **etanol e o diesel** seguiram o mesmo movimento, com queda de 5,96% e de 6,44%, respectivamente.

O pesquisador observou, porém, que recentes reajustes nos preços da gasolina promovidos pela Petrobras nas refinarias podem vir a aumentar o indicador dos combustíveis nos próximos meses. “A gente teve alguns aumentos no preço da gasolina que podem, sim, vir a impactar o índice”, avaliou.

### Serviços têm maior deflação da série histórica

As outras quedas mais relevantes em maio foram nos preços dos grupos **Vestuário (0,58%)**, com destaque para **roupas femininas (-0,88%)**, **calçados e acessórios (-0,74%)**, e **roupas masculinas (-0,55%)**, e no grupo **Habitação (0,25%)**, com a **energia elétrica (-0,58%)** oferecendo a maior contribuição para a deflação do mês.

Do lado das altas, o maior crescimento no índice do mês veio do grupo **Artigos de residência (0,58%)**, puxado pela alta dos **artigos de TV, som e informática (4,57%)** e **eletrodomésticos e equipamentos (1,98%)**.

A fraqueza da demanda e os impactos das medidas de isolamento social fica mais evidente na variação dos **preços de serviços**, que tiveram **deflação de 0,45% em maio – o menor resultado da série histórica** iniciada em janeiro de 2012.

Questionado se há possibilidade do IPCA voltar a ter alta a partir do afrouxamento das medidas de restrição nas mais diversas cidades do país, Kislánov avaliou que a retomada das atividades econômicas pode, sim, impactar a inflação, sobretudo de serviços.

“O que a gente pode vir a observar é que haja uma maior movimentação na economia e com isso a gente tenha uma mudança, também, nos indicadores de serviços. Mas os cenários são muito incertos ainda”, afirmou Kislánov.

### Alimentos voltam a ser principal despesa do orçamento das famílias

O grupo **Alimentação e bebidas (0,24%)** voltou a registrar alta, mas desacelerou em relação a abril, quando cresceu 1,79%. A **cebola (30,08%)**, a **batata-inglesa (16,39%)** e o **feijão carioca (8,66%)** ficaram mais caros. Já as **carnes subiram 0,05%**, após quatro meses consecutivos de queda.

Por outro lado, os preços de alguns itens como **cenoura (-14,95%)** e **as frutas (-2,1%)**, que haviam subido em abril, recuaram em maio. Com isso, contribuíram para que a **alimentação no domicílio** passasse **de 2,24% para 0,33%**. A alimentação fora do domicílio também desacelerou para 0,04%, ante 0,76% em abril.

Segundo o IBGE, em maio a **alimentação voltou a ser o grupo de maior peso no IPCA, superando transportes**.

Em 2020, o cálculo do indicador sofreu modificações por conta das mudanças nos hábitos de consumo identificadas pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) divulgada em outubro do ano passado. Em janeiro, o grupo de transportes representava 20,60% do IPCA, enquanto o de alimentação e bebidas, 19,35%. Já em maio, o peso de alimentação e bebidas foi de 19,97%, e o de transportes, 19,85%.

“Como os alimentos ficaram mais caros relativamente, eles passaram a representar maior peso no orçamento das famílias. Como as pessoas ficaram mais em casa, o transporte perdeu participação”, observou Kislánov.

Já o **Índice Nacional da Construção Civil** do IBGE registrou alta de 0,17% em maio.

## Todas as 16 áreas pesquisadas tiveram deflação em maio

As 16 áreas pesquisadas pelo IBGE tiveram deflação em maio. No mês anterior, 14 das 16 tinham registrado deflação. A última vez que todas as regiões do país registraram queda de preços foi em junho de 2017, quando o indicador nacional ficou em -0,23%.

O menor índice em maio ficou com a região metropolitana de **Belo Horizonte (-0,60%)**, seguido por Campo Grande (-0,57%). **Em São Paulo e no Rio de Janeiro, houve deflação de -0,28%.**

## Perspectivas e meta de inflação

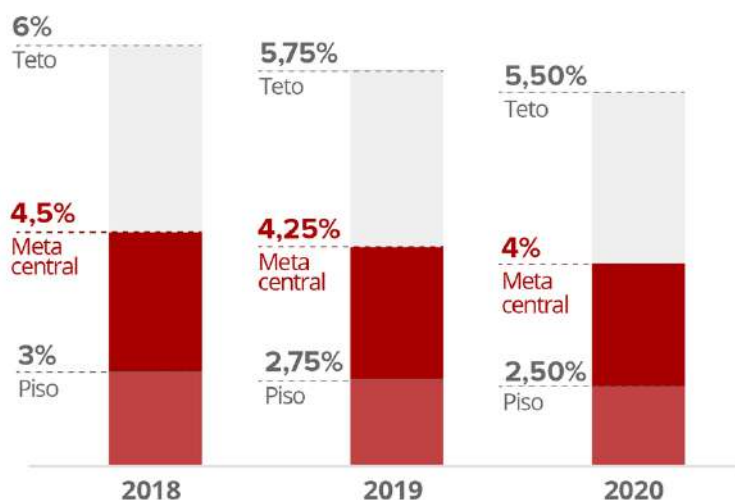
A meta central do governo para a inflação em 2020 é de 4%, e o intervalo de tolerância varia de 2,5% a 5,5%. Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou corta a taxa básica de juros da economia (Selic), que **foi reduzida nesta semana para 3% – nova mínima histórica.**

A expectativa de inflação do mercado para este ano segue bem abaixo do piso da meta. Os analistas das instituições financeiras reduziram a **projeção de inflação para 1,53% em 2020**, conforme a última pesquisa Focus do Banco Central. Foi a 13ª redução seguida do indicador em meio à pandemia do novo coronavírus, que tem derrubado a economia brasileira e mundial, e colocado o mundo no caminho de uma recessão.

**"Sem renda ou sem saber até quando terão dinheiro para consumir, as pessoas irão gastar apenas com o indispensável. Os alimentos consumidos em casa, os produtos mais essenciais neste momento, têm ficado mais caros desde o início da crise, refletindo a mudança de consumo da população no contexto de isolamento social", avalia o professor da Fipecafi, Samuel Durso.**

## Limites da inflação

Meta central será reduzida a partir de 2019



FONTE: Conselho Monetário Nacional



Infográfico elaborado em: 10/01/2018

Limites da inflação — Foto: Arte G1

O mercado segue prevendo corte na taxa básica de juros da economia brasileira neste ano, com a Selic chegando a 2,25% ao ano.

Já para o PIB (Produto Interno Bruto) de 2020, o mercado passou a projetar retração de 6,48%. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por sua vez, estimou nesta quarta uma **contração de pelo menos 7,4% para o PIB do Brasil neste ano**, podendo chegar a um tomo de 9,1% em caso de segunda onda da pandemia e necessidade de regresso aos confinamentos.



Coronavírus: Brasil registra 1.185 óbitos e mais de 31 mil novos casos em 24 horas

#### INPC tem deflação de 0,25% em maio

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é usado como referência para reajustes salariais e benefícios previdenciários, teve deflação de 0,25% em maio, após reco de 0,23% em abril. Foi o menor resultado para um mês de maio desde o início do Plano Real.

A variação acumulada no ano foi de 0,06% e, em 12 meses, o índice passou a acumular alta de 2,05%.

#### Coleta à distância

Em virtude do quadro de emergência de saúde pública causado pela Covid-19, o IBGE suspendeu, no dia 18 de março, a coleta presencial de preços nos locais de compra. Os preços passaram a ser coletados por outros meios, como pesquisas realizadas em sites de internet, por telefone ou por e-mail.

Segundo o IBGE, para o cálculo do índice do mês, foram comparados os preços coletados no período de 30 de abril a 28 de maio de 2020 com os preços vigentes no período de 31 de março a 29 de abril de 2020.

Veículo: G1	Coluna: Economia
Data: 10/06/2020	



## OCDE prevê recessão mundial de pelo menos 6% em 2020 e queda de 7,4% do PIB do Brasil

Em caso de segunda onda da pandemia e necessidade de regresso aos confinamentos, projeção é de retração de 7,6% na economia global e de 9,1% no Brasil.

**Por G1**

10/06/2020 07h13 Atualizado há 2 horas

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê uma recessão mundial de 6% para 2020 caso a pandemia de coronavírus permaneça sob controle e uma retração de 7,6% no ano em caso de segunda onda, de acordo com as perspectivas econômicas publicadas nesta quarta-feira (10).

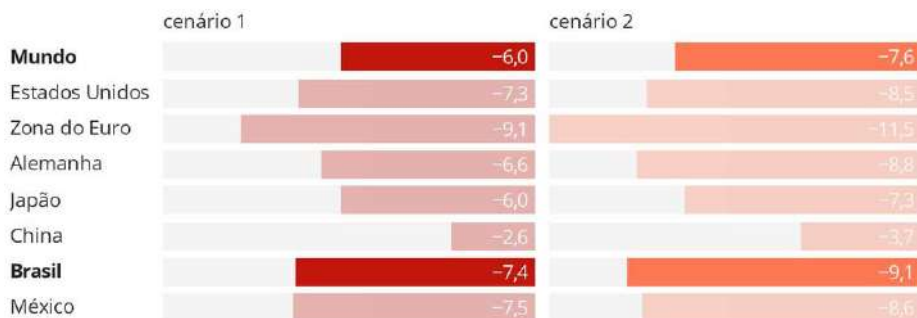
"A pandemia da Covid-19 provocou a recessão econômica mais grave em quase um século e está a originar enormes prejuízos para a saúde, o emprego e o bem-estar das pessoas", destaca o relatório.

Para 2021, a OCDE antecipa uma forte recuperação em caso de pandemia sob controle, com um crescimento de 5,2%, que se verá limitado a 2,8% no caso de uma segunda onda.

**"Nos seus níveis máximos, a taxa de desemprego nas economias da OCDE seria mais do dobro da taxa anterior à pandemia, com uma recuperação lenta do emprego no próximo ano", alerta a OCDE.**

## Estimativas da OCDE para a economia global em 2020

Em variação do PIB, em %



Fonte: OCDE

Estimativas da OCDE para a economia global em 2020 — Foto: Economia G1

No início de março, quando o coronavírus já havia atingido a China, mas ainda não afetava outras grandes economias do planeta, a OCDE **apostava em um crescimento mundial de 2,4%** para este ano.

Se acontecer ou não uma segunda onda do novo coronavírus, "ao final de 2021 a perda de receita vai superar a de todas as recessões anteriores dos últimos 100 anos, exceto em período da guerra, com consequências terríveis e duradouras para as populações, empresas e governos", afirmou a economista-chefe da OCDE, Laurence Boone, segundo informa a France Presse.

A zona do euro será particularmente afetada com um retrocesso previsto do Produto Interno Bruto (PIB) de 9,1% no cenário mais favorável, e de 11,5% na hipótese de segunda onda em 2020.

### Projeção para o Brasil

Segundo as estimativas da OCDE, o **Brasil deve encolher 7,4% em 2020 e crescer 4,2% em 2021; mas, se houver uma segunda onda de surto, a contração pode chegar a 9,1% este ano**, com crescimento de 2,4% no próximo.

**"À medida que as medidas de bloqueio são facilitadas e a atividade recomeça, a economia deverá recuperar lenta e parcialmente, mas alguns empregos e empresas não serão capazes de sobreviver. O desemprego atingirá máximos históricos antes de recuar gradualmente", destacou a OCDE, observando a pandemia ainda está se espalhando rapidamente no Brasil.**

A projeção da OCDE para o Brasil é mais pessimista que a do mercado brasileiro, que **prevê uma queda de 6,48% do PIB do Brasil em 2020**, segundo a pesquisa Focus do Banco Central. Também é pior que as **feitas pelo Banco Mundial** e **pelo**

**FMI**, que estimaram queda de 5,2% e 5,3% no PIB brasileiro este ano, respectivamente.

Já **Argentina terá retrocesso de 8,3% ou 10,1%**, segundo as estimativas da OCDE. A economia do **México deve recuar 7,5% ou 8,6%**.

EUA e China

**Para os Estados Unidos, a OCDE prevê queda do PIB de 7,3% ou 8,5%**, respectivamente, segundo os cenários.

A estimativa para a **China** mostra uma **contração de 2,6% em 2020** com expansão de 6,8% em 2021, mas no caso de um segundo surto as perdas este ano chegariam a 3,7% em 2020 seguidas de uma recuperação de 4,5% no próximo ano.

A **Alemanha** terá retração de 6,6% ou 8,8%, segundo a projeção. Já a economia do **Japão** deve recuar 6% ou 7,3%.

Pandemia reforça desigualdades

**"Em todas as regiões, o confinamento reforçou as desigualdades entre os trabalhadores, já que os mais qualificados tiveram condições de recorrer ao teletrabalho e os mais jovens e menos qualificados estão com frequência na linha de frente na luta contra a pandemia", constatou a economista-chefe da OCDE.**

A pandemia do novo coronavírus "acelerou a mudança da 'grande integração' a uma 'grande fragmentação'" da economia mundial com o surgimento de "restrições adicionais ao comércio e aos investimentos", afirma Boone.

Para que as economias possam conseguir uma recuperação, a OCDE propõe "fortalecer os sistemas de saúde e facilitar as evoluções dos trabalhos, reforçando ao mesmo tempo a proteção da renda, assim como tornar mais resistentes as redes de abastecimento", destaca a France Presse.

**"Os governos têm que aproveitar esta oportunidade para conceber uma economia mais justa e duradoura, tornar mais inteligentes a concorrência e as regulamentações, modernizar a tributação, os gastos e a proteção social", continua Boone.**

A economista da OCDE aponta em particular o papel essencial da confiança, sem a qual nem o consumo nem o investimento devem se recuperar.

# O inadimplente tributário como inimigo – parte I: o quadro atual

Cesar Oliveira Janoti, Gilberto Frigo Jr. e Thiago B. Sorrentino\*09 de junho de 2020 | 11h00

Cesar Oliveira Janoti, Gilberto Frigo Jr. e Thiago B. Sorrentino. FOTOS: DIVULGAÇÃO

O inimigo contemporâneo é o indivíduo que enxovalha estruturalmente o Estado com a pretensão de desestabilizar a ordem nele estabelecida ou, quiçá, de destruí-lo, comportando-se como um “não cidadão” indigno de receber a proteção estatal inerente às garantias fundamentais atribuídas às pessoas ditas de bem.

O coronavírus e as repercussões criminais da inadimplência tributária

É dessa maneira que, simplificadamente, Günther Jakobs tem categorizado determinados sujeitos que teriam desrespeitado o contrato social de Rousseau, inaugurando a vertente jurídica que convencionou chamar de direito penal do inimigo, e também é assim que possivelmente o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça estão etiquetando impiedosamente os meros inadimplentes tributários.

Alguns julgados recentes confirmam a hipótese.

## PUBLICIDADE

Em agosto de 2018, a Terceira Seção do STJ uniformizou a jurisprudência de suas Turmas criminais ao apreciar o Habeas Corpus 399.109, ocasião em que desprezou princípios e garantias extremamente caros ao direito penal tradicional.

Mediante interpretação extensiva *in malam partem*, o STJ (I) ressignificou os vocábulos “descontado” e “cobrado”, centrais ao tipo penal descrito no inciso II do art. 2º da Lei n.º 8.137/90, dando-lhes acepções até então desconhecidas pela língua portuguesa, (II) embaralhou os conceitos de sujeitos passivo direto e indireto da obrigação tributária com sujeito ativo do delito, fundindo-os e confundindo-os, (III) dispensou a necessidade de dolo específico de apropriação, despreocupando-se com a motivação da conduta (estranhamente o crime foi denominado de “apropriação indébita”, mas o STJ dispensou o dolo de apropriação), e (IV) invocou uma suposta vontade do legislador para justificar uma cavilação hermenêutica impossível de ser alcançada a partir da literalidade do texto normativo, empanturrando a tipicidade com incertezas e subjetivismos.

Com isso, o STJ inaceitavelmente mitigou de uma só vez os imprescindíveis princípios da legalidade, da taxatividade da lei penal e da proporcionalidade em desfavor dos reles inadimplentes tributários, os inimigos, cerceando-lhes, por



consequente, o exercício da ampla defesa ante as interpretações volúveis do tipo penal, sob o pretexto de que estes sujeitos não seriam merecedores de tais garantias penais e processuais penais por colocarem a coletividade em risco em razão do desequilíbrio fiscal oriundo das suas condutas.

Não ignoramos e tampouco discordamos do dever de pagar tributos fundado nos princípios da solidariedade, da substancial representação democrática (não apenas formal e nominal) do benefício (este, de Wicksell), basilares à higidez fiscal do Estado e correlato à moralidade entre os contribuintes que não poderão arvorar-se de privilégios oriundos do descumprimento de obrigações tributárias, mas daí a utilizar o mero inadimplemento como motivo autossuficiente à criminalização é atitude forçosa e inaceitável de reformulação principiológica de um direito penal desprovido de proteções impessoais e do espírito de *ultima ratio*.

Seguindo a mesma leitura equivocada das consequências, o STF, no julgamento do RHC 163.334, realizado em dezembro de 2019, reforçou o tratamento jurídico hostil dado aos inadimplentes tributários e, em arrepio dos limites cognitivos inerentes ao recurso ordinário em *habeas corpus*, fixou a tese de que “o contribuinte que deixa de recolher, de forma contumaz e com dolo de apropriação, o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço incide no tipo penal do art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990”.

Na ocasião, o STF repetiu e robusteceu os equívocos hermenêuticos e principiológicos cometidos pelo STJ. Segundo o douto ministro relator: (I) “uma interpretação teleológica voltada à proteção da ordem tributária e uma interpretação atenta às consequências da decisão conduzem ao reconhecimento da tipicidade da conduta”; (II) uma interpretação histórica, a partir dos trabalhos legislativos, demonstra a intenção do Congresso Nacional de tipificar a conduta; (III) “do ponto de vista do direito comparado, constata-se não se tratar de excentricidade brasileira, pois se encontram tipos penais assemelhados em países como Itália, Portugal e EUA”.

Pronto! Está reconhecida a existência de um tipo penal a partir de determinada consequência jurídica, da intenção do legislador e do direito comparado, pouco importando a literalidade consignada na Lei n.º 8.137/90 e um tal princípio da legalidade supostamente assegurado pela Constituição Federal.

Cuidado, inadimplente! Hoje, segundo o STF e o STJ, tributo descontado ou cobrado significa tributo retido ou compensado. A motivação do não pagamento é irrelevante. O que importa são os potenciais danos à coletividade e ao erário (mas qual conduta fiscal em última análise não possui relevância coletiva e ao erário?) e que em outros países a conduta é criminalizada (bem que poderíamos copiar ideias mais virtuosas de outras nações, não?).

Nem mesmo o suposto recorte limitador da incidência do tipo penal criado pelo STF, concernente ao não recolhimento tributário contumaz, é suficiente à

evitação de apenamentos indevidos. Além da imprecisão conceitual que perpetuaria a insegurança jurídica e atribuiria o reconhecimento ou não da prática delitiva ao alvedrio do julgador, a contumácia delitiva é exatamente um dos aspectos considerados por Jesús-Maria Silva Sánchez como demonstrador da transição do cidadão para a condição de inimigo, posto que o criminoso habitual, delinquente profissional, é uma pessoa persistentemente ameaçadora da comunidade e do Estado, rememorando as lições de Immanuel Kant.

Será que não é mais necessário ter uma lei penal escrita e textualmente precisa, elaborada mediante o devido processo legislativo e obediente à Constituição Federal? Não para os inimigos! Mas não podemos nos contentar com esse cenário.

Por certo, se levarmos em consideração a intenção do legislador quando da elaboração da lei penal, inegavelmente inúmeros tipos penais não poderiam ser aplicados nos dias atuais ante a inevitável incongruência entre a imaginação parlamentar e a esperada adequação típica. Mas isso raramente é aplicado a favor da defesa.

Ademais, reputar como viável uma criativa interpretação destinada a dar vida a um tipo penal natimorto com base em direito comparado, onde a legalidade talvez tenha sido observada, é anedota hermenêutica que achincalha todo acervo protetivo fundamental estabelecido pela Constituição pátria, contristando-a.

Toda a ideia inerente ao direito penal do inimigo, cujas características principais estão patentes nas citadas decisões do STF e STJ, encontra forte oposição na doutrina alemã e de diversos outros países, merecendo destaque a afirmação de Eugenio Raúl Zaffaroni no sentido de que “a admissão jurídica do conceito de inimigo no Direito (que não seja estritamente no contexto de guerra) sempre foi lógica e historicamente o primeiro sintoma de destruição autoritária do Estado de Direito”. Não podemos, pois, ombrear quase que automaticamente inadimplentes tributários a criminosos.

**\*Cesar Oliveira Janoti, mestrando em Ciências Jurídicas. Advogado especialista em Direito e Processo Penal. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade Paulista. Foi assessor de ministro do Supremo Tribunal Federal e secretário parlamentar da Câmara dos Deputados**

**\*Gilberto Frigo Jr., mestrando em Direito Tributário. Especialista em Direito Tributário. Advogado em São Paulo**

**\*Thiago B. Sorrentino, mestre em Direito Tributário e doutorando em Ciências Jurídicas. Professor do IBMEC/DF e da Amagis/DF. Foi assessor de ministros do Supremo Tribunal Federal por uma década. Coautor do livro *Responsabilidade Tributária Patrimonial, Penal e Trabalhista do Administrador de Pessoa Jurídica***



## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 — Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PRESIDENTE** Luiz Frias  
**DIETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Bolsa ou Renda

Novo programa social anunciado desperta dúvidas; governo fará bem se ampliar cadastro de pobres

Parece provável que questões e questões políticas ocupem grande parte do debate em torno do recém-anunciado Renda Brasil — que, segundo o ministro Paulo Guedes, da Economia, será uma versão ampliada do Bolsa Família a ser lançada, em caráter permanente, após o pior da pandemia.

De mais mesquinho, haverá decerto resmungos contra a mudança marqueteira do nome do programa, além da retomada de disputas pela paternidade da ideia de transferir renda diretamente para os estratos mais pobres da população.

Trata-se de polêmica que não deveria sobreviver a esta altura. Vem de longa data, em todo o mundo, o aperfeiçoamento das ações assistenciais do Estado, a partir de estudos acadêmicos, experiências em diversos países e fomento de organismos como o Banco Mundial.

Essa modalidade, mais focalizada e menos paternalista, começou no Brasil de forma embrionária sob o tucano Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e ganhou impulso nas administrações petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-10) e Dilma Rousseff (2011-16).

Mais relevante, no âmbito político, é o que a nova iniciativa pode revelar dos rumos do governo Jair Bolsonaro. Será afrouxada, em definitivo, a austeridade orçamentária? O presidente enfraquecido está em busca de uma outra base de sustentação política e eleitoral?

## Esperança europeia

Fundo de até € 750 bilhões para recuperação após pandemia pode fortalecer integração do continente

Desde seu advento, em 2001, a zona do euro — área monetária que reúne 19 dos 27 integrantes da União Europeia — foi percebida como uma construção incompleta. Para muitos, a moeda única seria inviável a longo prazo, pois não contava com um mecanismo orçamentário comum para lastrear-la.

Ao longo de sua existência, o euro passou por testes nos mercados durante crises. Entre 2011 e 2014, as dificuldades financeiras da periferia forçaram os políticos e autoridades econômicas a reagir.

Foi criado então um fundo europeu de proteção para conceder empréstimos a países em dificuldades. A intervenção do Banco Central Europeu para comprar papéis dos governos mais endividados — principalmente Grécia, Portugal, Espanha e Itália — também se mostrou fundamental para evitar uma ruptura.

Tais iniciativas, porém, nunca foram unânimes. Nos países credores, como Alemanha e Holanda, qualquer medida que resultasse em transferências do contribuinte para outros membros sempre foi vista com desconfiança.

Além disso, havia permissão apenas para empréstimos, nunca transferências diretas. Não por acaso, até hoje os mercados cobram

Um tanto de ceticismo deve preceder tais especulações. Primeiro, porque Guedes é dado a anúncios bombásticos que resultam em coisa nenhuma — já falou, por exemplo, em zerar o déficit público em um ano, arrecadar R\$ 1 trilhão com privatizações e obter 40 milhões de testes para a Covid-19 de um misterioso empresário britânico.

Ademais, o regime de arrocho fiscal não é mera escolha ideológica. O governo brasileiro, que hoje depende de dinheiro emprestado até para o custeio cotidiano, não conseguirá criar novas despesas permanentes sem convencer o mercado credor de que a alta explosiva da dívida pública está contida.

Tudo considerado, o governo fará bem se aproveitar a experiência do auxílio emergencial na pandemia, já problemática, para tornar mais completo seu cadastro de famílias de baixa renda, de modo a incorporar trabalhadores informais.

É desejável ver a distribuição de recursos da portentosa rede nacional de proteção social — programas como o seguro-desemprego, por exemplo, deixam de fora quem não teve a carteira assinada. A carga tributária deve mirar mais a renda e menos o consumo.

Com qualquer nome que venha a ter, a transferência de recursos aos mais carentes precisa ser preservada e, se possível e necessário, ampliada — com critérios transparentes e o mínimo de politicagem.

taxas diferentes para financiar os membros, uma fonte persistente de instabilidade financeira.

A crise da Covid-19 oferece agora uma oportunidade para um aperfeiçoamento do edifício. O imperativo da solidariedade trazido pela pandemia finalmente parece mover os políticos a um passo decisivo.

Sob a liderança da Alemanha e da França, reforçada pela Comissão Europeia, foi proposto um fundo comum que pode chegar a € 750 bilhões (ou 3% do Produto Interno Bruto da União Europeia) para a recuperação do continente.

O valor não chega a ser gigantesco para a riqueza da região. Importa mais seu significado. O que se busca agora, além de empréstimos, são transferências diretas aos membros, com divisão conforme a gravidade do impacto do vírus.

Os europeus também querem reforçar suas redes de proteção social e acelerar a transição para uma economia mais sustentável. A Alemanha ainda anunciou mais € 130 bilhões para investimentos internos — uma expansão fiscal no país mais austero da região também era cobrança antiga.

Embora o fundo ainda precise ser aprovado pelos membros, o que pode ocorrer já neste mês, o passo político parece inequívoco.



## Existe uma imunidade oculta?

Hélio Schwartzman

**SÃO PAULO** Há pesquisadores com currículos respeitáveis que ousam desafiar a ortodoxia científica. Um deles é Sumatra Gupta, professora de epidemiologia teórica da Universidade Oxford.

Talvez para contrastar com o modelo de Imperial College, que pinta os cenários sombrios para o mundo (que estão se confirmando em muitos casos), Gupta e seu grupo apresentaram em março um estudo rival que apontava um quadro bem mais róseo. No modelo da professora oxfordiana, a letalidade real da Covid-19 seria da ordem de 0,1%, ou menor — pelas estimativas mais ortodoxas fica entre 0,5% e 1%.

A diferença se explica porque Gupta acredita que o vírus é muito mais prevalente do que se imagina. Em seus cálculos, em março, cerca de 5% da população britânica já teria tido contato com ele. Era uma hipótese exuberante, mas não impossível.

De lá para cá, saíram os resultados de inúmeros inquéritos sorológicos, que apontam proporções bem mais modestas de portadores

de anticorpos. Elas ficariam quase sempre abaixo dos 10% da população, chegando a 20% só em lugares duramente atingidos, como Nova York. Seria uma excelente oportunidade para Gupta se corrigir.

A pesquisadora, porém, insiste em seus cálculos iniciais. Critica a qualidade dos testes e diz que há uma espécie de imunidade oculta, que seria resultado de características genéticas e da exposição a outros coronavírus e por isso não aparecem nos exames que buscam por anticorpos específicos.

Penso que devemos desconfiar das posições dessedentadas, mas sem nunca deixar de ouvi-las. Mesmo que estejam errados no atacado, como Gupta parece estar, não é impossível que estejam em melhor posição do que outros para enxergar coisas que o consenso negligencia. Há uma imunidade epidemiologicamente relevante que não conseguimos detectar? É algo que vale investigar. A ciência aprende com erros, mesmo quando os cientistas não os admitem.

heli@uel.com.br

## O bote salva-vidas de Bolsonaro

Bruno Boghossian

**BRASÍLIA** Em 2018, a campanha de Jair Bolsonaro entregou ao TSE um plano de governo que prometia, “a cada brasileiro, uma renda igual ou superior ao que é atualmente pago pelo Bolsa Família”. No dia seguinte, o candidato mostrou que não havia lido o programa. Quando a imprensa noticiou a ideia, ele achou que fosse mentira. “Meu Deus! Kkkkkkkkk! É inacreditável!”, escreveu.

Bolsonaro sempre submeteu suas posições a conveniências políticas. Naquele ponto da corrida eleitoral, ele preferiu rechaçar a proposta de renda mínima para se contrapor aos rivais do PT. Agora, o governo trabalha num projeto que pode servir de bote salva-vidas para seu mandato.

Há meses, ministros falam em expandir e rebatizar o Bolsa Família para apagar a marca petista e vincular o benefício a Bolsonaro. A proposta tomou velocidade na esteira do auxílio emergencial do coronavírus. Na segunda (8), o austero Paulo Guedes disse que os cidadãos atendidos por esse programa serão incluídos no novo Renda Brasil.

## Os mortos de cada um

Ruy Castro

**RIO DE JANEIRO** Matemática, nem pensar. Em sua incompatibilidade com o conhecimento, Jair Bolsonaro mete as patas traseiras pelas dianteiras até nas mais elementares aritméticas. Basta ver seu uso das quatro operações: somar, diminuir, multiplicar e dividir.

Começou por dividir o povo brasileiro em “nós” contra “eles”, imaginando que sua facção — “nós”, digo, eles — fosse majoritária em relação aos que se oporiam aos seus desmandos — “eles”, digo, nós. Um ano e meio depois de sua posse, o resultado está nas ruas. Além dos 32 jeques que vão ao Alvorada para cacarejar aos seus palavrões, os que ainda saem para defendê-lo só podem redobrar em violência, já que estão minando em número.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro vê multiplicarem-se os que repelem sua política de negação da pandemia, agressão às instituições, destruição da Amazônia, extermínio do povo indígena, racismo explícito, desmantelamento da educação, da cultura e do patrimônio e suas ago-

Ninguém explicou se os beneficiários do programa precisarão atender aos requisitos do Bolsa Família, como a vacinação de crianças e a comprovação de frequência escolar. Ficou aparente, no entanto, o cálculo político para sustentar um governo com impopularidade crescente. Bolsonaro perdeu apoio nas faixas mais ricas do eleitorado, mas ganhou espaço em segmentos de baixa renda.

Se tomar permanente um auxílio de R\$ 200 para trabalhadores informais, como sugere Guedes, o governo pode fidelizar parte desse grupo. Uma análise do Datafolha mostrou que, dos 33 pontos de avaliação positiva de Bolsonaro, quase 7 vêm de pessoas que não votaram nele, mas pediram a ajuda ao governo.

Com a jogada, o presidente ainda reforça a tentativa de transferir a governadores a responsabilidade pela crise econômica do coronavírus. Bolsonaro perdeu a batalha do isolamento e passou a manipular as estatísticas que comprovam o fracasso do país no combate à doença, mas já mira o período pós-pandemia.

## A ajuda de Lula e Moro

Eduardo Scolese

Editor de Poder, é autor de 'Eleições na Estrada' e 'A Reforma Agrária, entre outros

Ainda restam 84 dias para as próximas eleições presidenciais, e até 2 de outubro de 2022 uma pergunta seguirá rondando o cenário político nacional. Quem foi mais decisivo para a criação do fenômeno Jair Bolsonaro: Moro ou Lula?

Há diferentes versões sobre isso, e a mistura delas talvez aponte um caminho mais claro do que o das próximas eleições poderão explicar sem as atuais contaminações raiosas.

Lula entregou seu governo ao centrão, abriu as portas para um assalto à Petrobras, aceitou presentes de donos de empreiteiras e tocou um governo covarde para reformas mais profundas. A rejeição aos petistas se transformou em ódio e abriu espaço à direita.

Já Moro foi decisivo para o impeachment de Dilma, ao fazer um gol de mão na Lava Jato e liberar fora da regra (segundo o Supremo) o áudio de conversa entre Lula e sua presidente.

O ato do então juiz impediu a posse do ex-presidente como “primeiro-ministro” de sua sucessora, naquela que era a principal cartada de Dilma para retomar o fôlego desse governo.

Moro, segundo mostram mensagens obtidas pelo Intercept Brasil, também tem sua atuação em xeque na força-tarefa que colocou Lula na prisão e o retirou da disputa de 2018.

O STF sentou em cima desse caso e ainda deve uma resposta à sociedade se o então juiz foi ou não parcial em suas decisões.

Lula terminou seu segundo mandato com 83% de aprovação e Moro liderou uma operação anticorrupção sem precedentes no país. Embos têm em comum algo que incomoda os eleitores, a incapacidade de reconhecer seus próprios erros.

Em diferentes entrevistas, Moro é incapaz de admitir falhas como juiz e ministro de Bolsonaro. “Se você tiver um exemplo específico...”, disse Moro, diante de pergunta da Folha na semana passada sobre seu período no governo.

Já Lula, desde sua saída da prisão, repete que o PT não precisa fazer nenhuma autocrítica.

Moro age como pré-candidato à Presidência, assim como o petista. A diferença é que Lula é ficha-suja e mais uma vez terá de passar o bastão na reta final de campanha. Fernando Haddad segue como favorito, afinal lembra o padrinho quando o assunto é incapacidade de admitir erros, tanto os do PT como o de sua gestão na prefeitura paulistana.

Fechados em seus blocos de apoiadores, Moro e Lula só ajudam Bolsonaro. Enquanto isso, o presidente mantém seus desmandos, sob o legítimo respaldo de 57,8 milhões de votos em 2018, mas também com uma conta ilusória do Somos 70%, a construção de uma base de apoio no Congresso e a força de 33% dos brasileiros que consideram sua gestão ótima ou boa e já o colocam ao menos com um pé no segundo turno de 2022.

Hoje, excepcionalmente, não é publicado o artigo de Antonio Dall'Amor Netto.



mercado **coronavírus**

# Medo de contágio inibe consumo mesmo sem isolamento social

Estudos na Coreia do Sul e na Escandinávia indicam gastos menores mesmo com regras brandas de circulação

Érica Fraga

**SÃO PAULO** O relaxamento de medidas de distanciamento social pode ser incapaz de eliminar os efeitos econômicos negativos da Covid-19 se a propagação do vírus não estiver sob controle.

Dois estudos recentes que analisaram dados de diferentes países concluíram que, em situações de taxas de contágio elevadas — como ainda é o caso do Brasil —, o impacto recessivo da crise sanitária é alto, mesmo sem quarentenas ou lockdowns.

O artigo "Covid-19 doesn't need lockdowns to destroy jobs: the effect of local outbreaks in Korea" se debruçou sobre a realidade da Coreia do Sul, um dos primeiros países afetados pela pandemia.

Escrito pelos economistas Sangmin Aum, Sang Yoon Lee e Yongseok Shin, o trabalho foi publicado como texto para discussão pelo centro de pesquisa americano NBER (National Bureau of Economic Research).

Segundo os autores, apenas o medo do contágio faz com que um aumento de 0,1% nos casos de infecções confirmadas leve a uma queda de dois a três pontos percentuais no nível de emprego local.

Isso ocorre porque, quando o risco de contaminação é alto, a população reduz o tempo fora de casa — mesmo sem ser obrigada a isso —, derrubando a demanda por bens e serviços na economia, o que afeta o retorno dos negócios e aumenta o desemprego.

A tendência de maior redução espontânea tem sido identificada em países como a Suécia, uma das poucas nações ocidentais que não adotaram regras rígidas de distanciamento social.

O artigo "Pandemic, Shutdown and Consumer Spending: Lessons from Scandinavian Policy Responses to COVID-19", de pesquisadores da Universidade de Copenhague, comparou consumo na Suécia com o da vizinha Dinamarca, que respondeu ao coronavírus com regras bem mais severas de isolamento.

O estudo ressalta que a lógica de que "severas restrições ajudam a conter o vírus e diminuem o número de mortes, mas causam mais dano econômico" pode não se confir-

mar, pois, mesmo sem obrigação, "os indivíduos talvez escolham restringir sua atividade econômica com base no risco de saúde".

Seus resultados indicam que é exatamente isso que a população sueca fez. O comportamento mais recluso da população do país explicaria, segundo os economistas, o fato de os 25% de queda do consumo causada inicialmente pela pandemia na Suécia não ter sido muito inferior aos 29% registrados na Dinamarca.

"Isso sugere que a maior parte da contração econômica é causada pelo vírus em si e ocorre independentemente de governos imporem distanciamento social", diz o estudo.

Embora as conclusões desses trabalhos sejam preliminares, podem ajudar a orientar políticas públicas, principalmente em nações atingidas mais tarde pelo vírus.

Se os resultados aferidos na Coreia e na Escandinávia se repetirem em outros países, o recente relaxamento da quarentena em estados do Brasil onde o contágio permanece alto pode, por exemplo, ter efeito limitando sobre a reativação da economia.

O comércio de rua de São Paulo reabre nesta quarta, e os shoppings, na quinta.

Segundo cálculos do Covid-19 Analytics, modelo criado por economistas da PUC-Rio em conjunto com pesquisadores de outras instituições, o Brasil ainda está na etapa de disseminação da doença.

Essa fase é superada apenas quando a taxa de reprodução do vírus — que indica quantas pessoas um infectado contamina — cai abaixo de 1.

Entre as 27 unidades da federação brasileiras, nenhum estava nesse patamar no domingo (7), último dia para o qual há dados atualizados.

O economista Marcelo Fernandes, professor da EESP-FGV associado ao grupo, explica que a metodologia do modelo permite atenuar a instabilidade de novas notificações. Ao atualizar os dados diariamente, os economistas verificam se suas projeções têm sido confirmadas pela série histórica.

"Sem essa correção, que suaviza os sobes e desces da série, os dados seriam de pouca utilidade para políticas públicas", diz Fernandes.

As estimativas do Covid-19 Analytics revelam que a taxa de contágio no Brasil está em trajetória descendente, mas ainda não indica que a epidemia atingiu seu pico no país.

O cenário de São Paulo, que começou a afrouxar recentemente a quarentena em vigor desde meados de março, se assemelha ao da média do país.

Segundo Fernandes, embora os dados mostrem que nem o estado nem o país estejam em uma situação confortável, decisões de políticas públicas se pautam em um conjunto amplo de indicadores.

"Os gestores podem se sentir confortáveis em relaxar a quarentena com base na evolução de outros dados aos quais não temos acesso, como a taxa de utilização de leitos de UTIs", diz.

Portanto, de acordo com Fernandes, não cabe ao grupo de pesquisadores julgar se o ajuste de medidas em estados como São Paulo é correto.

"O que podemos dizer é que a taxa de contágio permanece elevada e pode aumentar no caso de uma reabertura", diz.

Em situações como essa, estudos como o da Coreia e da Escandinávia mostram que os efeitos da Covid-19 tendem a permanecer elevados pelo temor de contaminação.

Os economistas que analisaram a situação do país asiático conseguiram isolar o efeito recessivo do medo do coronavírus devido a uma peculiaridade no desenvolvimento da epidemia na Coreia.

Desde o surgimento dos primeiros casos, o governo sul-coreano respondeu a crises tentando massivamente a população, identificando os infectados e as pessoas com quem eles tiveram contato e isolando apenas esses grupos.

A estratégia se mostrou eficaz, mantendo a taxa de infecção no país baixa.

Mas em uma única região, chamada Daegu-Gyeongbuk (DG), a situação fugiu ao controle devido à contaminação de um número grande de pessoas que participaram de um culto religioso, no qual havia um infectado. Sozinha, essa área concentrou 86,5% do número de contágios do coronavírus no país entre o fim de janeiro e o fim de fevereiro.

Embora tenha permanecido sujeita às mesmas políticas públicas que o restante da Co-

## Relaxamento de quarentena pode limitar reativação da economia se contágio pelo coronavírus não cair substancialmente

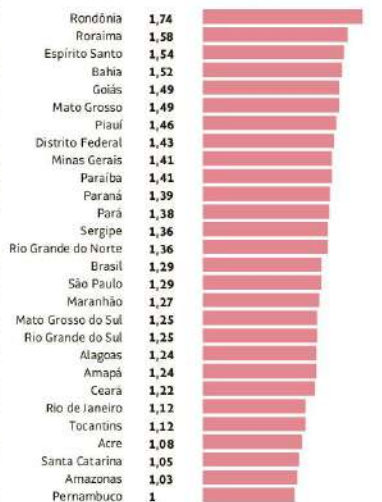
Impacto sobre emprego na Coreia foi maior na região de DG, que concentrou infecções pelo coronavírus no país

Efeito da Covid-19 sobre nível de emprego (variação %), entre fim de janeiro e fim de fevereiro



Contágio na maior parte do Brasil ainda é alto, indicando que país não atingiu pico da doença

Taxa de reprodução (R) indica quantas pessoas em contaminado infecta; controle da epidemia começa quando ela cai abaixo de 1 (em 7 jun)



Tendência do contágio tem sido de queda em SP e na média do país



Fonte: Artigo "Covid-19 doesn't need lockdowns to destroy jobs: the effect of local outbreaks in Korea", dos economistas Sangmin Aum, Sang Yoon Lee e Yongseok Shin e Covid-19 Analytics (modelo desenvolvido pela PUC-Rio com a colaboração de pesquisadores de outras instituições)

reia, a região respondeu por parte substancial do aumento do desemprego no país.

No período analisado, o nível de emprego na nação asiática como um todo — que crescia mensalmente a uma taxa de 0,23% desde o início de 2018 — caiu 0,89%. Em DG, o recuo foi mais do que o dobro, atingindo 1,91%.

Essa tendência se repetiu em diferentes setores econômicos e tipos de ocupação.

O contraste entre a região de DG e o restante da Coreia criou uma espécie de laboratório natural. Nessas situações, é possível isolar e mensurar os efeitos de uma política, com um risco baixo de que as conclusões sejam contaminadas por outros fatores.

A análise da Coreia permitiu aos economistas comparar os resultados do país asiático com os de outras nações como Estados Unidos e Inglaterra.

Pesquisas recentes haviam mostrado que, após a adoção de quarentenas nos dois países ocidentais, um aumento de 0,1% na taxa de infecção pela Covid-19 resultava em uma queda entre 5 e 6 pontos percentuais em seus níveis de emprego.

Segundo os economistas coreanos, aproximadamente metade dessa redução — os cerca de 2% a 3% de queda aferidos na Coreia — se deveu apenas ao temor do contágio. A outra metade seria explicada pela queda na atividade causada pelo distanciamento social em si.

Embora o estudo da Escandinávia foque em outra variável — consumo —, traz uma conclusão semelhante.

Os economistas exploraram o fato de que Suécia e Dinamarca foram atingidas pela epidemia exatamente no mesmo momento e registraram comportamentos iniciais similares em suas taxas de mortalidade pelo vírus.

Mas os governos reagiram de forma diferente. Na Dinamarca, foram impostas medidas restritivas. Na Suécia, as autoridades focaram em orientações voluntárias.

O medo do contágio, no entanto, fez com que a população sueca tenha reduzido sua circulação e consumo em intensidade não muito inferior à verificada no país vizinho.

Os números que permitiram a comparação das tendências de consumo em Suécia e Dinamarca foram cedidos pelo Danske Bank, que atua em ambos os países.

Com base em dados como despesas com cartões e saques, foi construída uma medida de gasto por consumidor.

A conclusão dos pesquisadores é que — assim como em Daegu-Gyeongbuk — o medo de contaminação foi a principal força negativa sobre a economia na Suécia, indicando que, com contágio elevado, o consumo pode permanecer deprimido mesmo com distanciamento social relaxado.

# Lojistas esperam queda nas vendas para Dia dos Namorados

Isabela Bolzani e Júlia Moura

**SÃO PAULO** Lojistas de shopping esperam que as vendas para o Dia dos Namorados caiam pela metade neste ano.

O volume esperado é equivalente à redução no fluxo de faturamento e de pessoas em circulação nas estruturas físicas dos shoppings ante medidas de isolamento social trazidas pela crise do coronavírus.

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, assinou nesta terça-feira (9) um termo de compromisso com 27 entidades representativas de imobiliárias e comércio de rua para a reabertura já nesta quarta-feira (10). Segundo Covas, a expectativa é que um termo semelhante seja assinado com o setor de shopping centers para que as estruturas voltem a funcionar na quinta-feira (11).

Segundo o presidente da Alshop (Associação dos Lojistas de Shopping), Nabil Sahyoun, apesar da permissão de reabertura cedida pela Prefeitura de São Paulo, as pessoas ainda estão receosas em relação ao contágio pelo novo vírus.

"Também existe a questão sobre as restrições de reabertura neste primeiro momento. Quatro horas de funcionamento equivalem a apenas um terço do movimento normal", afirmou Sahyoun.

Além do horário reduzido, o governo também estipulou a entrada limitada de apenas 20% da capacidade do público.

"De qualquer maneira, temos uma expectativa positiva. O movimento para o Dia dos Namorados será apenas 50% do observado na data normal, mas depois tentaremos aumentar o horário de funcionamento e ganhar espaço. A



Funcionária de uma loja de rua no bairro de Santana, na zona norte de São Paulo, prepara estabelecimento para receber clientes a partir desta quarta-feira (10) Rubens Cavallari/Folhapress

primeira conquista é abrir as portas", afirmou o presidente da associação dos lojistas.

Ainda segundo Sahyoun, outro movimento esperado para a data comemorativa é um aumento nas vendas online.

"Quem está habituado a ir ao shopping vai aproveitar para tentar sair de casa e respirar novos ares, até para sentir como as estruturas têm se preparado para essa retomada. Mas a tendência é que as vendas pelo e-commerce cresçam até 30% no período", disse.

A previsão de reabertura gradual em São Paulo também trouxe efeitos positivos nas ações ligadas a shoppings na Bolsa de Valores Brasileira. Entre as ações do setor, os papéis do Iguatemi tiveram aumento de 4,86%. Já Miraplana subiu 4,73%, seguida por BR Malls (2,9%), Alianse Soneae (2,32%) e JHSF (0,96%).



## mercado coronavírus

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelisa@grupofolha.com.br

## Desconto progressivo

O comércio reabre na capital paulista com um dilema: fazer promoção ou manter preços cheios enquanto a capacidade de compras das famílias está baixa. A decisão rachou o setor. Guilherme Ditz, da Fecomercio-SP, afirma que agora é melhor liquidar, girar os produtos para fazer caixa e pagar as contas. Tito Bessa Jr, da associação de lojas Ablos, discorda. Ele diz que não dá para abrir mão da margem de lucro nas promoções porque o volume de vendas não vai cobrir os custos.

**SALDÃO** "A promoção já foi feita quando as lojas fecharam, com frete grátis e 50% de desconto. Não dá mais. No primeiro momento foi desespero. Como vai fazer promoção sem ter fluxo de gente? Não gira a mercadoria para pagar as contas", diz Bessa Jr.

**PÁSSARO NA MÃO** Dietze ressalva que as lojas precisam garantir faturamento porque ainda não é certo que a reabertura vai durar. "No Rio, teve decisão da Justiça que impediu. Ainda há incerteza. É preferível gerar caixa a pensar em margem de lucro para recuperar o que perdeu", afirma.

**PECHINCHA** Alfredo Cotait, presidente da Associação Comercial de São Paulo, diz que diversos segmentos vão reabrir com preços mais baixos. "Depois de 90 dias parados, muitos empresários vão querer fazer promoção para movimentar o caixa", afirma ele.

**CADEADO** O Fisco paulista fechou 200 empresas que vendiam irregularmente álcool em gel e máscaras nos últimos 60 dias, segundo o Sinafisp, sindicato de auditores fiscais de São Paulo.

**LUPA** A entidade também diz ter feito, na última semana, investigações que impediram a realização de contratos para compra de respiradores por outros estados, oferecidos por empresas com indícios de fraude em documentação.

**BOLSO** O empresário Eduardo Mufarej (RenovaBR) vai anunciar nesta quinta (11) a adesão da Fiemg (Federação das Indústrias de Minas Gerais) à iniciativa Estímulo 2020, que oferece crédito a empreendedores na pandemia. Com a Fiemg, o projeto vai oferecer mais R\$ 100 milhões a pequenas empresas mineiras por meio do Sicob Credfiemg.

**COR DA PELE** O YouTube vai anunciar uma doação de R\$ 1 milhão para ajudar no combate ao racismo no Brasil. O comunicado será feito durante uma live com Felipe Neto, Gabi Oliveira e Yuri Marçal para falar sobre o racismo. As organizações beneficiadas deverão abordar a desigualdade, além de desenvolver ações contra o coronavírus.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## INDICADORES

## JUROS

Máx. em % ao mês



## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência maio*	
<b>Autônomo, empregador e facultativo</b>	
Valor mín. R\$ 1.045	20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.201,06	20% R\$ 1.240,21
<b>MÉ (Microempreendedor)</b>	
Valor mín. R\$ R\$ 1.045	5% R\$ 52,25

Asalariado	
Ace R\$ 1.045	Alíquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,96	14%

\* O prazo para empresas vence em 13 jun, para pessoas físicas, vence em 13 jun.

**TSUNAMI** O empresariado brasileiro negou a realidade quando viu a onda da pandemia a caminho, e o número de mortes diárias pode chegar a 2.000. Essa é a análise do empresário Flávio Augusto da Silva, fundador da rede de ensino de inglês Wise Up, que diz não ter pressa para reabrir suas unidades físicas.

**RESPIRAÇÃO** Para Silva, muitos empresários insistiram no pensamento positivo e não se prepararam para o pior, quando países da Europa e da Ásia já mostravam o potencial do estrago do coronavírus.

**COLCHÃO** Silva diz ter percebido a gravidade do problema ainda em fevereiro, o que lhe deu tempo de preparar o pacote de aulas online. O empresário afirma que suas contas foram equilibradas e não tem pressa para reabrir.

**MÁSCARA** Há mais de dois meses em isolamento em Orlando, Silva afirma que não quer expor seus funcionários à contaminação porque o Brasil não realizou um distanciamento social adequado. "Há risco de vermos 2.000 mortes diárias, como ocorreu nos EUA", diz.

**HERANÇA** O empresário, que já era adepto do home office há anos, agora estuda manter o modelo no escritório da Wise Up mesmo depois que a pandemia passar.



## PROSA

“Ver uma onda chegando e dizer que tudo vai dar certo não é otimismo, é negação da realidade”

Flávio Augusto da Silva  
fundador da Wise Up

## América Latina atrasa medidas contra impactos da Covid-19, diz BID

Países agiram para garantir liquidez a empresas, mas faltam inovação e proteção a funcionários, fornecedores e clientes

Patrícia Campos Mello

**SÃO PAULO** Estudo publicado nesta quarta-feira (10) pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aponta que ainda é baixa na América Latina a adoção de medidas que ajudarão as empresas a enfrentar os impactos da Covid-19.

No estudo "Respostas à Covid-19 a partir da ciência, inovação e desenvolvimento produtivo", economistas do banco afirmam que a crise mundial causada pelo coronavírus exige que governos reformulem políticas públicas e redefinam prioridades.

Segundo o levantamento, a maior parte dos países da América Latina adotou as medidas financeiras necessárias para amenizar os problemas de liquidez enfrentados pelas empresas, especialmente as pequenas e médias, resultado da forte queda nas vendas e uma menor oferta de crédito bancário.

Entre as medidas estão empréstimos e garantias em condições favoráveis, prorrogação de dívidas, adiamento ou redução de impostos, taxas e contribuições para a seguridade social, pagamento pontual antecipado a fornecedores do Estado, flexibilização da regulação monetária e redução de depósitos compulsórios e taxas de juros de referência foram algumas das ações implementadas por governos da região.

Os países da região também implementaram, em sua maioria, medidas trabalhistas para ajudar as empresas a sobreviver, como flexibilização do seguro-desemprego, subsídios para cobrir parcialmente salários de trabalhadores afetados pela crise e regulamentação do teletrabalho.

No entanto, os países, entre eles o Brasil, estão atrasados na implementação de medidas de digitalização, redirecionamento de capacidades de produção e protocolos de segurança e saúde que permitam a empregados, fornecedores e clientes desempenharem suas funções durante a pandemia.

"A digitalização é um dos temas que precisa de atenção no Brasil", diz Morgan Doyle, representante do BID no Brasil. "Mas não só isso: o Brasil vai precisar também se preparar para competir em um cenário de menos liquidez e menor demanda por parte dos consumidores, que também terão perdido renda."

Ele prossegue: "E a saída aí não é só por meio de crédito: o país precisa aprimorar também sua eficiência, por meio de reformas e investimento em infraestrutura, e na sua produtividade, com reforços na educação e na capacitação para novas demandas que surgirão."

Como exemplo, Doyle cita que postos na indústria de entretenimento e turismo podem se fechar por um tempo. "Mas podem surgir vagas para funcionários medindo a temperatura dos clientes e avaliando o respeito às normas de saúde, assim como no ambiente digital. É preciso capacitar a mão de obra e aumentar a agilidade do país para se adaptar a essas mudanças."

Em relação à digitalização das empresas, algumas das medidas que foram adotadas em países como a Coreia do Sul, mas ainda não são frequentes na América Latina,

## Principais medidas

- FINANCEIRAS**
- Empréstimos e garantias em condições favoráveis
  - Prorrogação de dívidas
  - Adiamento e/ou redução de impostos, taxas e contribuições para a seguridade social
  - Pagamento pontual ou antecipado a fornecedores do Estado
  - Flexibilização da regulação monetária
  - Redução de depósitos compulsórios e taxas de juros de referência

Nível de adoção em países desenvolvidos: Alto

Nível de adoção na América Latina: Alto

- TRABALHISTAS**
- Flexibilização do seguro-desemprego
  - Subsídios para cobrir parcialmente salários de trabalhadores afetados pela crise sanitária
  - Regulamentação do teletrabalho

Nível de adoção em países desenvolvidos: Alto

Nível de adoção na América Latina: Alto

- DIGITALIZAÇÃO**
- Subsídios para adoção de tecnologias de digitalização
  - Plataformas para que as pequenas e médias empresas participem do comércio eletrônico e do faturamento digital
  - Repositórios de ferramentas digitais
  - Capacitação digital

Nível de adoção em países desenvolvidos: Médio-Alto

Nível de adoção na América Latina: Baixo

- REDIRECIONAMENTO DE CAPACIDADES DE PRODUÇÃO**
- Articulação público-privada para o direcionamento temporário da capacidade de produção ociosa ao fornecimento em larga escala de insumos essenciais

Nível de adoção em países desenvolvidos: Baixo

Nível de adoção na América Latina: Baixo

- PROTOCOLOS DE SEGURANÇA E SAÚDE**
- Desenvolvimento e implementação de protocolos sanitários que permitam às empresas, clientes e fornecedores possarem continuar a desempenhar suas funções no contexto da pandemia

Nível de adoção em países desenvolvidos: Baixo

Nível de adoção na América Latina: Baixo

Fonte: BID

são: subsídios para adoção de tecnologias de digitalização, plataformas para que as pequenas e médias empresas participem do comércio eletrônico e do faturamento digital, repositórios de ferramentas digitais e capacitação digital.

Para Doyle, a pandemia apenas acelerou um processo que já estava em curso, e os países precisam se preparar para isso.

"Estamos seguros de que a digitalização que ocorre agora, às pressas, na verdade já iria ocorrer, e a pandemia apenas fez com que tudo isso ganhasse outra velocidade. O comércio terá talvez menos clientes nas lojas físicas, mas mais demanda virtual — e isso não quer dizer apenas construir sites, mas capacitar vendedores para trabalhar com esses sistemas, melhorar a logística de transporte para entrega longe dos grandes centros, articular as equipes para que possam trabalhar de maneira remota, e vários outros pontos que, se o país souber aproveitar, aumentará a competitividade dos negócios brasileiros", diz.

Os economistas do BID citam um exemplo positivo do Brasil, o programa do Sebrae que ajuda pequenos e médios empresários a divulgar, vender e emitir notas online.

Outra área que ainda precisa de avanços nos países da América Latina é o redirecionamento de capacidades de produção, com articulação público-privada para o direcionamento temporário da capacidade de produção ociosa ao fornecimento em larga escala de insumos essenciais.

O relatório cita elogiosamente a colaboração entre a Magnamed e empresas como a Fiat Chrysler, Flextrônicos, Suzano, Klabin, Positivo e White Martins para aumentar a produção de ventiladores pulmonares, com apoio do BID Lab e da Fapesp.

Mas o relatório enfatiza que é necessário um "equilíbrio entre apoio urgente às empresas e ações para crescimento futuro: sem financiamento agora, muitas empresas não sobreviverão; mas sem apoio para a readequação aos novos tempos, a recuperação será mais lenta do que o desejado."

Nesse contexto, o estudo destaca a importância do investimento em ciência, historicamente baixo na América Latina e Caribe — e projeta que, provavelmente, "os grandes avanços no combate à pandemia não virão da região, mas de países com melhor infraestrutura científica, coordenação mais efetiva entre agentes públicos e privados e marco regulatório consistente."

“O Brasil vai precisar também se preparar para competir em um cenário de menos liquidez e menor demanda por parte dos consumidores, que também terão perdido renda”

Morgan Doyle  
representante do BID no Brasil



## Pedidos de seguro-desemprego crescem 53% em maio

Por quinzena, em milhares



\*Nesse caso, considera dados somados de abril e maio. Fonte: Ministério da Economia

# Seguro-desemprego tem quase 1 milhão de pedidos em maio

Alta nas solicitações foi de 53% na comparação com 2019, segundo ministério

Fábio Pupo

BRASÍLIA O número de pedidos de seguro-desemprego subiu 53% em maio deste ano, quando comparado com o mesmo período de 2019. Foram registradas 960,3 mil solicitações no mês, o que representa um recorde na série histórica (iniciada em 2000).

A informação é do Ministério da Economia, que apresentou nesta terça (9) os dados atualizados. Em maio de 2019, o número foi de 627,8 mil.

O número de maio também tem aumento de 28% em relação a abril de 2020, quando foram registrados 748,5 mil pedidos. Em março, quando começaram as medidas de isolamento que impactaram a ati-

vidade e econômica, os pedidos alcançaram 536,8 mil.

Os dados do Ministério são atualizados a cada duas semanas e, caso considerada somente a segunda quinzena de maio, há uma queda de 9,6% nos pedidos em relação à primeira metade do mês. Trata-se da primeira diminuição registrada desde o fim de março.

Apesar dessa queda, analistas afirmam que há um intervalo de tempo entre as demissões e os pedidos e que as próximas divulgações devem trazer dados piores.

O economista Bruno Imazumi, da LCA Consultores, diz que os dados estão defasados de um a dois meses em relação ao Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que traz os números de admissões e desligamentos informados pelas empresas.

"Ou seja, esse movimento observado em maio dos dados de seguro-desemprego são decorrentes em sua maioria do que foi observado em março e abril", diz Imazumi.

Para os próximos dois meses, ele espera o fechamento líquido de quase 2 milhões de postos formais, o que deve fazer com que os dados de junho e julho venham piores.

Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV/IBRE, afirma que o quadro aponta para uma piora grave no trabalho formal.

"A ordem de grandeza ainda está muito acima do normal para considerar o número da

segunda quinzena de maio como um arrefecimento", diz.

De janeiro a maio, o seguro-desemprego já foi pedido por 3,3 milhões de pessoas, uma alta de 12,4% em relação a igual período de 2019.

Desde a segunda metade de março, quando começaram as medidas de isolamento, os pedidos somam 1,9 milhão (aumento de 25% contra igual período de 2019). Quem é demitido tem quatro meses para requerer o auxílio no Sine (Sistema Nacional de Emprego), no portal "gov.br" ou no aplicativo de celular "Carteira de Trabalho Digital".

O Ministério da Economia afirma que, uma vez feita a solicitação, não há fila de espera para concessão do benefício.

# Senado tenta estender programa de suspensão de contratos de trabalho

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA A suspensão de 1 milhão de contratos de trabalho chegou ao fim na semana passada e agora o Senado está sob pressão de empresários para aprovar a MP que permitiria também a ampliação do prazo do programa.

Líderes do Senado querem acelerar a análise da proposta que permite interromper temporariamente ou reduzir a jornada e o salário de trabalhadores por causa da pandemia do novo coronavírus.

A suspensão de contratos de trabalho e o corte de jornada, com redução salarial proporcional, foram autorizadas por meio de uma MP editada no dia 9 de abril.

No entanto, há uma diferença nas regras para cada uma dessas medidas. A suspensão de contratos pode ser feita por até dois meses. A redução de salários e jornadas de trabalhadores tem duração de até três meses.

Cerca de 1 milhão de contratos foram suspensos logo na primeira semana em que a MP foi apresentada —entre 1º e 7 de abril. Portanto, esses trabalhadores estão voltando às empresas, mas muitas delas estão fechadas, argumenta o relator da proposta, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

Um dispositivo incluído pela Câmara, que aprovou o projeto em maio, permite que o governo prorrogue o prazo de vigência de suspensão e corte de jornada.

Nesta segunda (8), líderes do Senado não chegaram a um acordo sobre a MP, cuja votação chegou a ser prevista para a próxima semana.

Em linha com o governo e com empresários, o relator atuou para convencer integrantes do Senado para que a análise seja nesta quarta (10).

O argumento foi o fim das suspensões num período em que medidas contra a transmissão do vírus ainda limitam o funcionamento de algumas atividades.

"A ideia é aprovarmos amanhã [quarta] e o presidente [Jair Bolsonaro] e o sancionar até a próxima terça [16] e já publicar um decreto prorrogando a vigência dos acordos de suspensão dos contratos que já se encerraram e dos demais acordos trabalhistas", disse Cardoso.

Líderes da oposição e do centro aceitaram votar a proposta nesta quarta. "É reivindicação das centrais sindicais de que isso seja votado imediatamente, dado exatamente esse hiato de que já falaram aí os companheiros, em relação aos contratos e a essas questões levantadas no MP", disse o senador Paulo Rocha (PT-PA).

Cardoso chegou a cogitar, na semana passada, alterações mais amplas na proposta aprovada pela Câmara, como mudança na faixa salarial. Mas disse nesta terça (9) que, para construir um acordo em favor da aprovação rápida, não deverá propor ajustes que obriguem a proposta a retornar à Câmara.

**INCLUI**  
AUDIO-LIVRO EM INGLÊS

COLEÇÃO FOLHA

## Contos e Fábulas Bilingües

texto em português      texto em inglês

**GRÁTIS**  
4 LIVROS E O FRETE\*

APENAS **R\$ 19,90\***  
CADA LIVRO

PEÇA JÁ A SUA COLEÇÃO COMPLETA,  
GANHE 4 LIVROS E O FRETE\*

Ligue (11) 3224 3090 (Grande São Paulo)  
ou 0800 775 8080 (outras localidades).

[folha.com.br/contosbilingues](http://folha.com.br/contosbilingues)

PAGUE EM ATÉ **10x** SEM JUROS NO CARTÃO\*

**FOLHA**  
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

\*Preço frete válido para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte folha.com.br/contosbilingues. Confira as datas de entrega no site. Promoção válida na compra da coleção completa. Condição de pagamento válida apenas no cartão de crédito.









# Programa que vai substituir auxílio emergencial poderá rever outros benefícios, como o abono

Ideia é que o novo Renda Brasil seja unificado ainda com o projeto da Carteira Verde-Amarela

Marcello Corrêa

10/06/2020 - 07:46 / Atualizado em 10/06/2020 - 09:15



Governo prorrogou por dois meses o pagamento do auxílio emergencial Foto: Divulgação

Newsletters

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

PROSSEGUIR

Paulo Guedes, confirmou na terça-feira que sua equipe [trabalha na unificação de benefícios sociais](#) que criará um novo programa, batizado de [Renda Brasil](#). O objetivo é substituir o Bolsa Família.

---

PUBLICIDADE

Nos bastidores, técnicos afirmam que a ideia é aproveitar melhor recursos já usados nas diversas formas de transferência de renda. É possível que benefícios hoje em vigor sejam revistos para abrir espaço para o novo arcabouço de proteção social, caso do abono salarial, pago a quem ganha até dois salários mínimos. Os detalhes ainda estão sendo formulados.

**Para analistas:** [Ideia do Renda Brasil vai na direção contrária das políticas propostas pelo governo](#)

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

PROSSEGUIR

público sobre a medida, durante a reunião ministerial convocada pelo presidente Jair Bolsonaro:

— Por dois meses, vamos [estender o auxílio emergencial](#). Estávamos num nível de emergência total, a R\$ 600. Vamos começar agora uma aterrissagem, com unificação de vários programas sociais e o lançamento de um Renda Brasil, que o presidente vai lançar.

### **Guedes:** [BC e bancos públicos vão anunciar novas medidas para destravar crédito](#)

Técnicos do Ministério da Economia defendem o remanejamento de recursos de programas considerados pouco focalizados que acabam indo para pessoas de renda maior.

---

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

---

PUBLICIDADE

---

Um dos alvos é o abono salarial. Desde o início do governo, Guedes mira o programa, considerado ineficiente. Hoje, o benefício, de um salário mínimo (R\$ 1.045), é voltado para quem ganha até dois pisos (R\$ 2.090), mas acaba sendo recebido também por jovens de classe média em início de carreira. A reformulação do abono foi incluída na proposta de reforma da Previdência, mas foi rejeitada pelo Congresso.

### **Auxílio emergencial:** [Saiba como fazer o cadastro nas agência dos Correios para receber o benefício](#)

A experiência de cadastrar os que não estavam registrados em programas sociais, com o auxílio emergencial, elevou o debate sobre novo patamar da política social.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

**PROSSEGUIR**

a [Carteira Verde-Amarela](#), que reduz encargos trabalhistas:

**R\$ 1.045:** [Novo saque do FGTS começa dia 15 e seguirá modelo adotado pelo auxílio emergencial](#)

— Aprendemos durante essa crise que havia 38 milhões de brasileiros invisíveis, que merecem ser incluídos no mercado de trabalho. Vamos lançar um programa Verde-Amarelo, que o presidente, durante a campanha, já tinha dito: há regimes que têm muitos direitos e poucos empregos, e há 40 milhões de brasileiros andando pelas ruas sem carteira assinada. Só que agora sabemos quem eles são. Digitalizamos e temos o endereço de cada um. Vamos formalizar esse pessoal todo, porque são brasileiros como todo mundo e eram invisíveis. Vamos lançar isso daqui a pouco.

---

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

---

**Créditos:** [Receita vai avisar microempresas sobre empréstimo contra a crise](#)

Programas de transferência de renda não têm se mostrado instrumento do governo na área social, dizem especialistas. O atual discurso difere do adotado na campanha.

Além disso, ressaltam analistas, há o teto de gastos, dificultando expansão maior dos programas sociais no ano que vem, quando o estado de calamidade pública não estiver mais em vigor.

**SAIBA MAIS**

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

**PROSSEGUIR**





EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

# Receita vai avisar microempresas sobre empréstimo contra a crise

Fisco informará cerca de 4,5 milhões de contribuintes sobre disponibilidade de créditos subsidiados pelo governo

Marcello Corrêa

10/06/2020 - 04:30 / Atualizado em 10/06/2020 - 07:04



Lojas fechadas no Centro do Rio: governo quer facilitar chegada de recursos aos pequenos empresários Foto: Hermes de Paula/Agência O Globo

Newsletters

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

PROSSEGUIR

pelo governo no chamado [Pronampe](#), programa de apoio a negócios de menor porte. A portaria estabelece como o Fisco informará cerca de 4,5 milhões de contribuintes sobre a disponibilidade dos recursos. Os [financiamentos](#), no entanto, só começarão a ser liberados após os bancos adequarem seus sistemas.

A Receita começou, na terça-feira mesmo, a informar empresas do Simples Nacional sobre os valores pré-aprovados. A partir de amanhã, comunicará os contribuintes fora do regime de tributação simplificado.

**Pesquisa:** [27,4% das micro e pequenas empresas no Rio aderiram ao e-commerce](#)

No fim do mês passado, o governo destinou R\$ 15,9 bilhões a um fundo especial que será responsável por garantir até 100% das operações no Pronampe. Se a empresa não pagar o empréstimo, o Tesouro Nacional banca o risco.

O comunicado da Receita é importante porque os limites de crédito do programa são calculados de acordo com a média mensal de faturamento registrada pelo negócio em 2019. As operações poderão ser de até 30% dessa receita.

**Conoravírus:** [Câmara aprova projeto que impede inscrição de nomes em bancos de cadastro negativo durante pandemia](#)

---

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

**PROSSEGUIR**

O funcionamento dessa linha foi um dos pontos a que o ministro da Economia, Paulo Guedes, referiu-se ao afirmar durante a reunião ministerial de ontem que o governo vai “desentupir” as linhas de crédito. Guedes mencionou ainda a revisão das regras de financiamento para a folha de pagamento, já anunciada pelo Banco Central, e os recursos para empresas de maior porte, que serão operados pelo BNDES.

— Tudo isso em reação ao pedido da sociedade de que o dinheiro não estava chegando na ponta. Se não estava chegando na ponta, nós vamos empurrar mais até chegar — afirmou o ministro. — (As empresas) vão tomar um susto, ser chamados pela Receita falando: “Olha, eu tenho dinheiro para você aqui, para o seu capital de giro, para você aguentar essa crise, enquanto tá todo mundo trancado em casa”.

---

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

---

### **Pandemia:** [O mundo não será o mesmo após o coronavírus, do trabalho ao consumo](#)

Além da regulamentação por parte da Receita Federal, os bancos ainda precisam ajustar seus sistemas para oferecer esse crédito.

Procurada, a Febraban, que representa o setor, informou que essa preparação ainda está sendo realizada. “As medidas de crédito que o governo editou com garantia do FGI e do FGO são recentes e ainda dependem de ajustes para atendimento legal das regras estabelecidas. A Febraban já iniciou as análises necessárias e há toda disposição do setor bancário em aderir para ajudar o Brasil a preservar empregos e empresas”, afirmou a entidade, em nota.

### **Geração perdida:** [Pandemia ameaça futuro de jovens](#)

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

**PROSSEGUIR**

medida não funcione. Uma possibilidade é que, se os financiamentos não saírem em até 30 dias, o governo faça repasses diretos, de até R\$ 10 mil, para microempresas, que faturam até R\$ 360 mil por ano. O temor de integrantes do governo é o de que a taxa de juros do programa, de 1,25% mais a Selic (hoje em 3% ao ano) seja pouco atraente para instituições financeiras, mesmo com o seguro federal contra calotes.

#### SAIBA MAIS

<b>Com avanço da pandemia, pedidos de seguro-desemprego batem recorde e saltam 53% em maio</b>	<b>Guedes diz que governo vai unificar programas sociais e formalizar beneficiários do auxílio emergencial</b>	<b>Diplomata brasileiro diz que parlamentares democratas americanos são desinformados e têm visões incorretas do Brasil</b>	<b>INSS negou mais da metade dos pedidos de benefícios no primeiro trimestre de 2020</b>
--	--	---	--

**Ofereça o melhor momento da sua vida em forma de presente! Compre**

MDMC | Patrocinado

**A próstata melhora muito fazendo isto todos os dias**

Renova Prost | Patrocinado

**SALVADOR máscara protetora, veja.**

Incríveis Ofertas | Patrocinado

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

**PROSSEGUIR**

## Sete Estados ainda têm alta probabilidade de 'lockdown', diz estudo

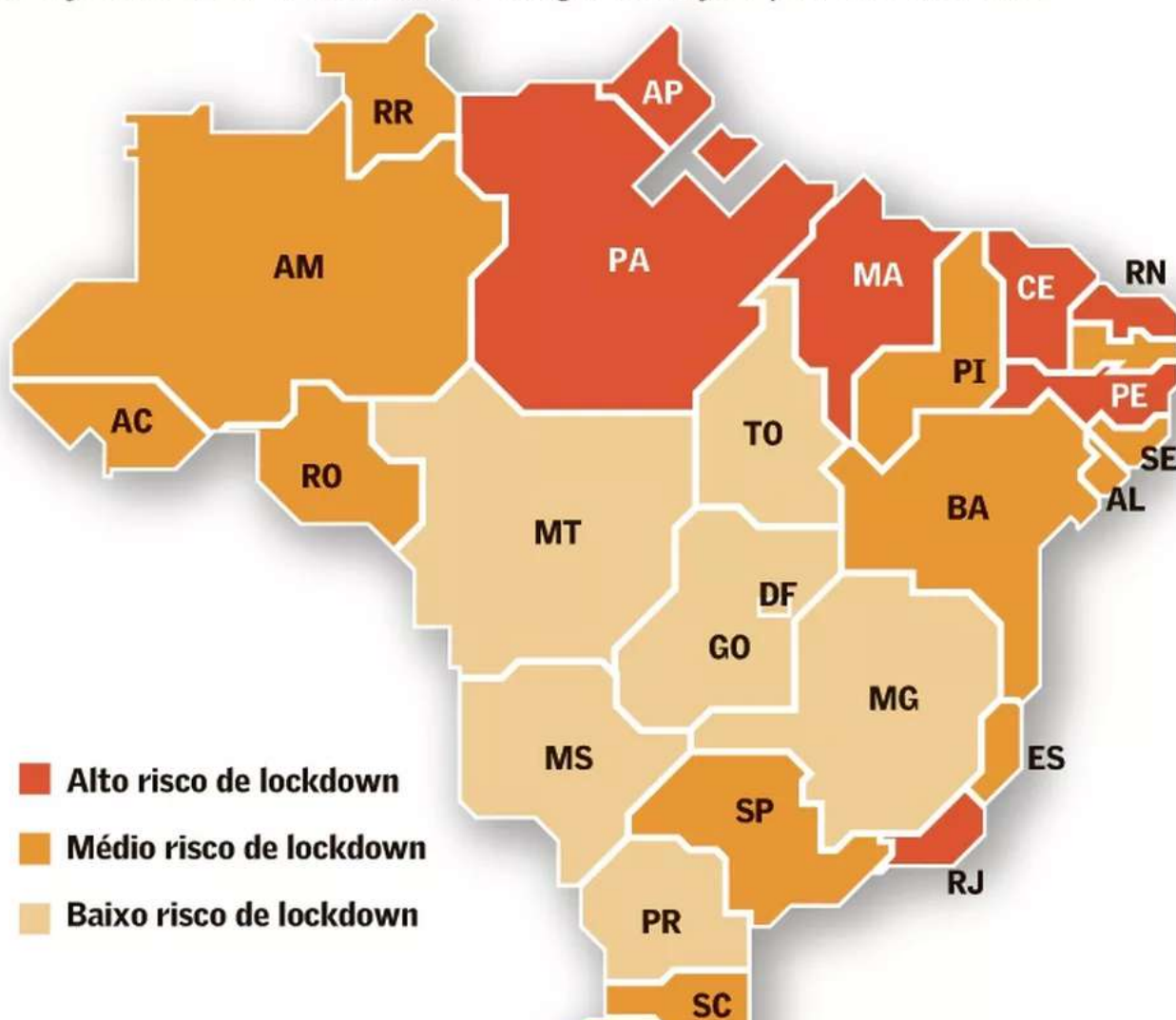
Ritmo ainda forte de contaminações e baixa testagem são riscos para o fim do isolamento social

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

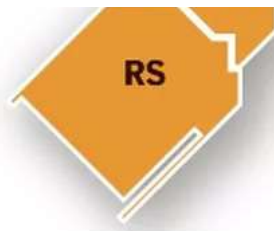
10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

### Perspectivas para covid-19 no Brasil

Doença deve ter nova onda e exigir atenção por até um ano

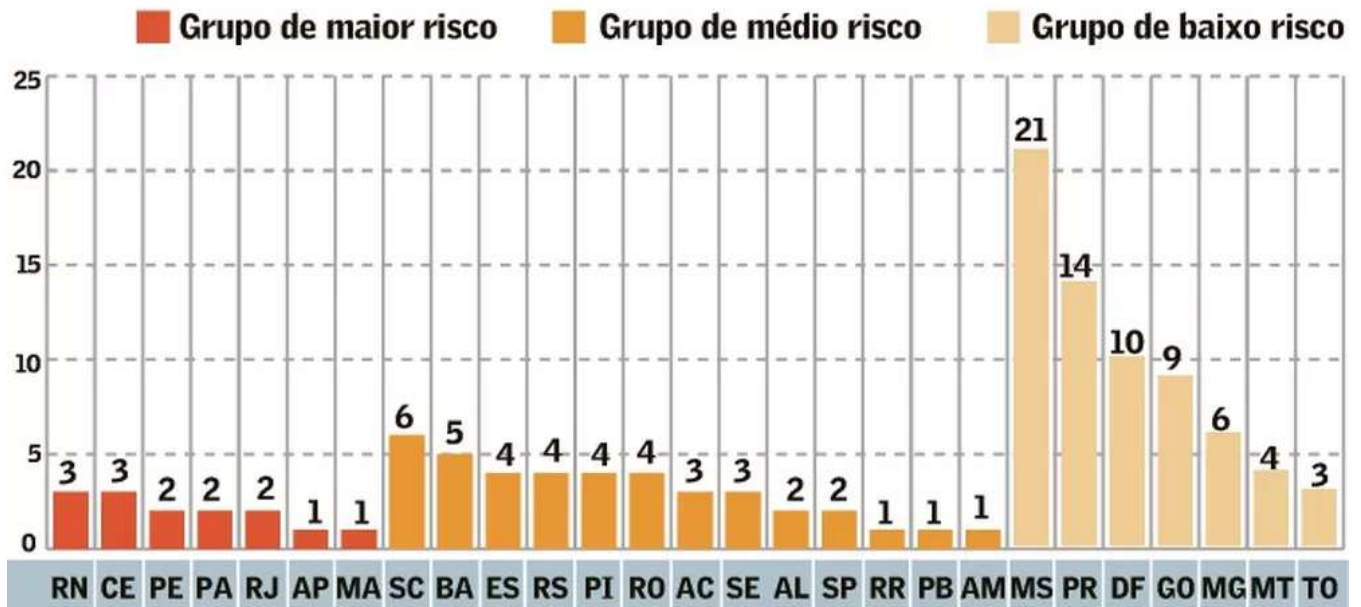






## ■ Nível de testagem

Ideal é mais de 10 exames por caso - Nº de exames a cada caso confirmado



Fonte: Bain & Company

Ao menos sete Estados brasileiros ainda convivem com elevado risco de ter de paralisar totalmente as atividades econômicas (“lockdown”) por causa do novo coronavírus, mostra um estudo da consultoria Bain & Company. A análise leva em conta o nível de utilização das unidades de terapia intensiva (UTIs) e a velocidade contágio da doença. São regiões do Norte (Pará e Amapá), Nordeste (Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pernambuco) e Sudeste (Rio de Janeiro).

As áreas de maior risco têm em comum a alta densidade urbana, baixos indicadores sociais e uso intensivo de transporte público pela população, com destaque para as capitais Fortaleza, Belém e Rio de Janeiro. A doença deve se alastrar também para as regiões menos povoadas do país, embora em ritmo mais fraco.

“A densidade mais baixa das capitais do Sul e Centro-Oeste e das cidades do interior é um fator que contribui para um perfil de contaminação mais controlado”, diz o estudo. Ainda que nas regiões mais remotas a velocidade de contaminações pelo

novo coronavírus seja mais lenta, o avanço da doença nestes locais configuraria uma segunda onda de surto de covid-19 no Brasil.

Nesta etapa, também entram as regiões mais densas que já convivem com medidas de isolamento social mais rígidas e têm grande chance de observar nova aceleração de casos à medida que as regras de quarentena sejam flexibilizadas. Em capitais como São Paulo, o comércio começa a abrir gradualmente.

“A nossa situação socioeconômica impactou muito mais na pandemia de covid-19 do que se imaginava no começo”, afirma Ricardo Gold, sócio da Bain & Company. Segundo ele, é possível estimar que, por causa do aumento duplo de casos em regiões mais e menos densas, a doença deve exigir um esforço significativo das políticas públicas por um período de seis a 12 meses. “Enquanto não existe vacina, vamos viver com algumas restrições, como uso de máscaras em ambientes públicos, algum distanciamento social, medição de temperatura e testes”, afirma.

Um dos motivos para que isso ocorra é que a chamada R0 - “reproduction rate” ou a velocidade de transmissão do novo coronavírus - ainda está mais elevada no Brasil do que os níveis já atingidos em nações europeias, por exemplo. Um dos motivos é a maior vulnerabilidade social da população, característica que se aplica a toda a América Latina.

Além disso, o Brasil é um dos países menos eficientes na testagem dos suspeitos de terem contraído a covid-19. São três exames a cada caso confirmado, bem abaixo do indicado, de ao menos mais de 10.

De 16 de fevereiro a 25 de abril, 65% dos hospitalizados por doença respiratória ainda estavam sob investigação para confirmar o diagnóstico de covid-19. Embora defasados, os números evidenciam o atraso nas informações que são base para a formulação de políticas de saúde.

“Temos um ‘gap’ enorme de testagem. Isso impede que a reabertura seja mais rápida e dificulta que o governo tenha uma visão mais clara de quando a situação tende a piorar”, afirma Gold. O número relativo de exames no Brasil é inferior ao das nações desenvolvidas, como Áustria (25 testes por caso confirmado), Alemanha (20)

e Suíça (12) e também menor em relação a países de perfil semelhante, como Argentina (11) e Índia (22).

Também são apenas sete as unidades federativas em que o nível de testagem é considerado adequado, segundo o levantamento. São eles: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Tocantins. “Os testes apenas em casos graves não funcionam como medida preventiva [...], o que também representa um grande desafio para medidas de relaxamento no país sem novos surtos”, destaca o levantamento.

Ainda assim, Gold é menos pessimista sobre os desdobramentos da segunda fase de contaminações pelo novo coronavírus. Segundo ele, há hoje mais folga no sistema de saúde em algumas regiões, ao mesmo tempo em que a chamada “imunização de rebanho” deve contribuir para conter o surto de covid-19.

“Já vemos alguns efeitos positivos da imunização por exposição nas principais capitais do país. O fato de a primeira onda ter sido muito mais chocante de certa forma pode ajudar daqui para frente”, afirma Gold.

Segundo o levantamento, já existe algum alívio na pandemia nas regiões inicialmente mais afetadas. “O Estado do Amazonas parece ter superado a fase de crescimento acelerado, atingindo uma estagnação nos últimos 30 dias”, destaca o estudo. Em São Paulo, que ainda concentra a ocorrência de casos e em que o aumento das contaminações persiste, um alento aparece na capacidade do sistema de saúde, que dá sinais de estabilidade.

A mesma avaliação não é válida para a maioria dos Estados do Norte e Nordeste, onde há uma sobreposição de fatores críticos, como maior número de pessoas morando em cada residência, falta de saneamento básico, nível de ocupação de UTIs e baixo número de profissionais de saúde e de ventiladores disponíveis.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO



## Crise levará todos os países à recessão, segundo a OCDE

A profunda recessão atual será seguida de recuperação lenta marcada por incertezas, avalia a OCDE, que publica hoje relatório sobre perspectivas econômicas globais. A economista-chefe da entidade, Laurence Boone, diz que as projeções apontam para recessão em todos os países. Crescimento global deve se contrair até 7,6% neste ano

**Por Assis Moreira** — De Genebra

10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



Para Boone, emergentes preocupam por fuga de capitais, choque no sistema de saúde e queda nos preços de commodities — Foto: Andreas Arnold/Bloomberg

A profunda recessão atual será seguida de uma recuperação lenta por um bom tempo e marcada por incertezas, avalia a Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que publica hoje seu relatório sobre as perspectivas econômicas globais.

Em entrevista ao **Valor**, a economista-chefe da entidade, Laurence Boone, diz que as projeções apontam para recessão em todos os países. No cenário de duplo evento, ou seja, de uma segunda onda da covid-19, o crescimento global é projetado para se contrair até 7,6%, podendo se recuperar para 2,8% no ano que vem. O declínio da atividade nos países da OCDE, que reúne os ricos e os recém industrializados, pode chegar a 9,25% em 2020. No cenário com apenas o surto atual, a queda da produção continua elevada, com contração de 6%, mas com a recuperação ano que vem podendo alcançar 5%.

## Impacto da covid-19

Variação anual do PIB, em %

	2019	Cenário atual 2020*	Cenário com nova infecção 2020*
<b>Mundo</b>	<b>2,7</b>	<b>-6</b>	<b>-7,6</b>
Zona do euro	1,3	-9,1	-11,5
Alemanha	0,6	-6,6	-8,8
França	1,5	-11,4	-14,1

Itália	0,3	-11,3	-14
Japão	0,7	-6	-7,3
Reino Unido	1,4	-11,5	-14
EUA	2,3	-7,3	-8,5
<b>G-20</b>	<b>2,9</b>	<b>-5,7</b>	<b>-7,3</b>
Argentina	-2,2	-8,3	-10,1
<b>Brasil</b>	<b>1,1</b>	<b>-7,4</b>	<b>-9,1</b>
China	6,1	-2,6	-3,7
Índia	4,2	-3,7	-7,3
México	-0,1	-7,5	-8,6
Rússia	1,4	-8	-10

Fonte: OCDE. \*Estimativa

A economista-chefe da OCDE mostra preocupação com a vulnerabilidade financeira de economias emergentes, com o salto na dívida pública em bom número de países (no Japão, chegará a 250% do PIB) e com o aumento do desemprego. Em todo caso, destaca que no momento as condições fiscal e monetária permitem manter políticas para uma recuperação mais sólida da economia. Leia os principais trechos da entrevista:



**Valor:** *A OCDE faz não uma, mas duas projeções sobre a economia mundial desta vez. É pelo tamanho das incertezas?*

**Laurence Boone:** Sim. A covid-19 traz a pior crise de saúde e econômica desde a Segunda Guerra Mundial. Temos uma extraordinária incerteza sobre o vírus e fica difícil estabelecer perspectivas econômicas. Por isso, pela primeira vez na história da OCDE, fazemos dois cenários em vez de um. Conhecemos muito pouco sobre a evolução da pandemia. A contaminação diminui em alguns países e sobe em outros. Falamos de economia mundial na corda bamba. A retomada econômica será bem lenta e incerta, e a crise terá efeitos duradouros, afetando desproporcionalmente os mais vulneráveis. É muito difícil para empresas e responsáveis de políticas econômicas fazerem projeções. Tudo muda muito rapidamente. Distanciamento físico e testes, rastreabilidade e isolamento são instrumentos para enfrentar o vírus, mas podem nem ser suficientes para evitar um segundo surto.

**Valor:** *Ou seja, não chegamos ao fundo do poço ainda?*

**Boone:** Essa crise é diferente, o vírus se propagou em todos os países. O choque é de uma amplitude inacreditável. Nunca tivemos uma crise econômica que atingiu todos os países. A atividade econômica colapsou no shutdown, com queda entre 20% e 25%, dependendo do país.

**Valor:** *Em abril, quando a OCDE reduziu sua projeção de crescimento mundial de 2,9% para 2,4% em 2020, algumas estimativas apontavam perda de US\$ 400 bilhões. E agora, com contração de 7%?*

**Boone:** O que posso dizer é que perdemos entre 5 a 8 anos de renda por pessoa, é algo gigantesco. Até o fim de 2021, a perda de renda supera a de qualquer outra recessão nos últimos 100 anos fora de períodos de guerra, e as consequências são enormes para as pessoas, firmas e governos.



**Valor:** *Até que ponto vai se acelerar a mudança de “grande integração” para “grande fragmentação” na economia mundial?*

**Boone:** Estamos numa encruzilhada. Ouvimos muitos discursos protecionistas no comércio e em investimentos. Fronteiras foram fechadas e podem continuar assim, pelo menos em parte, enquanto o vírus continua. Nessa crise vimos [países] colocando barreiras à entrada de material médico. Quando se faz isso, torna a fabricação mais complicada e custosa e somos todos penalizados. Pode-se ter vontade de diversificação de produção, de estoques mais importantes, mais produção local. Mas para muitos produtos a cadeia global de valor permite inovação e a muitos países de trabalhar juntos. Uma lição dessa crise é de que precisamos de mais cooperação.

**Valor:** *Até que ponto os países emergentes são mais vulneráveis?*

**Boone:** Estamos inquietos em relação aos países emergentes, porque você viu o choque de fuga de capitais, o choque sobre o sistema de saúde, a queda nos preços de commodities, a situação de trabalhadores informais que precisam de proteção. As perspectivas econômicas são menos fortes, e os emergentes podem ter mais dificuldades para se financiar. Esse é um ponto de inquietação.

**Valor:** *O mundo sai dessa pandemia também mais endividado.*

**Boone:** O aumento do endividamento público nos inquieta. Isso vem com o apoio dado à economia. E ainda vamos ter necessidade de mais. Não devemos repetir os erros da crise financeira global de 2008. É preciso continuar [os programas de ajuda]. Mas isso não quer dizer que é para se fazer qualquer coisa. É preciso focar bem, proteger os mais vulneráveis, apoiar trabalhadores para novos empregos, assim como fazer investimentos necessários para uma transição para uma economia mais robusta. O apoio às empresas deve ter regras claras, transparentes e justas. Para sustentar a atividade pode-se investir no digital, em economia mais limpa, dar um impulso à economia mais sustentável. O desemprego também causa inquietação. As cifras são enormes, como mostramos em nosso panorama. O importante é que as políticas econômicas [adotadas agora] devem desenhar um futuro melhor e um amanhã resiliente.

**Valor:** *A senhora sugere aos governos acelerar a reestruturação de empresas. Como fazer isso?*

**Boone:** Primeiro, os governos podem fazer mais, melhor e mais rápido. Dizemos que mesmo se o crescimento voltar em alguns setores, a atividade em geral continuará baixa por um tempo. Capital e trabalhadores de setores e negócios afetados precisarão se mover para segmentos em expansão. Recomendamos ajuda para que empresas viáveis possam se ajustar. Os bancos conhecem as companhias, e podem ajudar na reestruturação sem estigma para os empresários. Para as pessoas, é preciso ser mais flexível. Mesmo se alguém recebe ajuda parcial de desemprego, pode ser autorizada a trabalhar uma parte do tempo, por exemplo, num centro de idosos. Quem trabalha num setor que não funciona mais, é preciso que tenha uma substituição de renda.

**Valor:** *Quais setores vão crescer no pós-crise e quais vão encolher?*

**Boone:** Há setores que podem ter recuperação mais rápida, como industrial e construção. Já onde há mais contato físico, será mais complicado, como aviação e hotelaria. Será preciso ajudar alguns setores em maior quantidade do que até agora. Há setores que se transformarão, como comércio eletrônico, cuidados médicos, entregas, educação a distancia, enfim, digital.

**Valor:** *No Brasil, a política caótica de combate ao covid-19 afetou adicionalmente a economia?*

**Boone:** As decisões sobre confinamento são mais a nível dos Estados, no Brasil. A resposta econômica pelo Brasil foi boa, focou nas famílias mais pobres e em muita liquidez do Banco Central. No contexto da América Latina, foi uma resposta forte e permitiu ajudar milhões de trabalhadores informais.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

SALVADOR campeã de vendas no mundo todo.  
INCRÍVEIS OFERTAS

### LINK PATROCINADO

Próstata aumentada? Homens de Salvador estão tratando com isto.

## Fitch diz que PIB e déficit reforçam riscos de baixa para rating do Brasil

A Fitch aponta ainda que a recuperação da economia brasileira pode ser prejudicada por alguns fatores

Por **Álvaro Campos** — De São Paulo

10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Fitch divulgou relatório afirmando que suas novas projeções para o PIB e indicadores fiscais do Brasil neste e no próximo ano reforçam os riscos de baixa para o rating “BB-” do país, que teve a perspectiva cortada para “negativa” no mês passado. “Nós ainda projetamos crescimento do PIB e redução do déficit no próximo ano, mas a incerteza sobre a duração e intensidade da crise do coronavírus geram riscos para essas projeções”, disse.

No fim do mês passado, quando reviu suas projeções globais, a Fitch cortou a projeção para o PIB do Brasil este ano de -4% para -6%, com expectativa de alta de 3,2% em 2021. A estimativa para o déficit nominal é de 14% do PIB este ano, caindo a 6,5% no próximo. Ainda assim, a dívida pública deve subir de 92,3% do PIB este ano para 93,5% no próximo. A mediana dos países com rating na faixa BB é de 56,3% do PIB.

“Os riscos de baixa [para os indicadores fiscais] persistem, devido ao desenvolvimento incerto da pandemia e a pressão política para estender o apoio aos segmentos mais vulneráveis da população, que já estão em discussão para o programa de transferência de renda [auxílio emergencial]”, diz o relatório.

A Fitch aponta ainda que a recuperação da economia brasileira pode ser prejudicada por alguns fatores, incluindo os embates constantes entre o Executivo e o

Legislativo, que ofuscam as perspectivas de aprovação de reformas que limitem os gastos públicos e melhorem o crescimento. “Protestos populares periódicos e a tensão entre o governo e o Judiciário também afetam negativamente o ambiente político.”

Segundo a Fitch, o compromisso do governo com o teto de gastos tem sido uma importante âncora fiscal e sua efetividade em conter o crescimento das despesas em 2021 será importante na avaliação sobre o rating brasileiro. “Um enfraquecimento na estrutura fiscal ou rápido aumento da dívida que reduza a confiança na sustentabilidade da dívida pública no médio prazo, ou uma severa deterioração nas condições de financiamento, podem prejudicar o perfil de crédito do Brasil.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Pele de maracujá? Este ácido alisa naturalmente quase toda pele velha  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico  
MISS PENNY STOCKS

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Homem pede pizza todos os dias por 10 anos até que os funcionários percebam algo estranho  
FREE HUB

### LINK PATROCINADO

Mulher perdendo cabelo, isso não deveria ser mais um tabu, conheça a Megga Hair Caps  
MEGGA HAIR CAPS



# Ipea projeta retração de 6% para PIB este ano

Queda no segundo trimestre em relação ao primeiro está projetada pelo instituto em 10,5%

Por **Alessandra Saraiva** — Do Rio

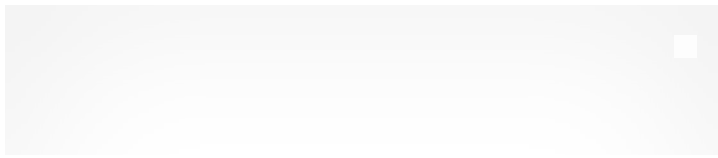
10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

A economia brasileira deve cair 6% em 2020 devido à crise causada por covid-19, segundo projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), anunciada ontem. Em seu levantamento Carta de Conjuntura, o instituto também projetou queda de 10,5% no PIB do segundo trimestre ante o primeiro trimestre, com retração de 11% na comparação com segundo trimestre de 2019.

José Ronaldo Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, frisou que houve agravamento da crise, na economia, desde março. Naquele mês, o instituto previa recuo de 1,8% no PIB desse ano. Ainda segundo projeções do Ipea, caso não houvesse covid-19, o PIB do país poderia ter crescido 2,1% em 2020.

A projeção do Ipea é baseada em cenário sem novos fechamentos restritivos na economia; nem segunda onda da doença. Caso a queda de 6% se confirme, será pior taxa anual do PIB na série histórica do IBGE, iniciada em 1996. Em 2019, o PIB subiu 1,1%.



No levantamento, a maioria dos componentes do PIB sinaliza recuo este ano, em todas as comparações. Em relação ao primeiro trimestre de 2020, o Ipea projeta quedas no segundo trimestre para indústria (-13,8%) e serviços (-13,8%). Na comparação com segundo trimestre de 2019, são esperadas quedas 14,3% e de 10,7%, respectivamente. Essas categorias devem encerrar o ano com recuos anuais de 7,3% e de 5,8%.

O Ipea projeta quedas no consumo das famílias (-11,2%), consumo do governo (-0,8%); investimento (-18,7%); exportações (-10,9%); e importações (-14,9%), no segundo trimestre ante o primeiro.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico  
MISS PENNY STOCKS

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Pesquisadores descobrem algo incrível  
FLEXCAPS

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

O mais novo "amigo" do homem que ajuda na luta contra a próstata grande, usando apenas 2x ao dia!  
PROST+ACTIVE

## Plano não se financia com corte de gasto, diz Medeiros

Segundo especialista, prefeitos e governadores são nova força política em defesa da renda básica universal e de maior tributação no IR

Por **Maria Cristina Fernandes** — De São Paulo

10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



O programa de renda básica universal do governo Jair Bolsonaro ganhou um nome (“Renda Brasil”), antes de ter chances de se materializar. O primeiro sinal de que a equipe econômica resiste a levá-lo à frente foi a proposta de vitaminar a verba publicitária do governo com recursos do Bolsa Família. A manobra, abortada pelo alerta do TCU de que o ex-ministro Guido Mantega foi condenado por muito menos que isso, revelou que se o governo já custa para manter de pé o atual Bolsa Família, não teria como ampliá-lo para se aproximar ao que hoje é o auxílio emergencial.

A ideia, que não é nova, ganhou força pela demonstração de que o auxílio emergencial tem sido um dos pilares da resistência da popularidade do presidente Jair Bolsonaro entre as famílias de baixa renda. Perenizá-lo, ainda que em outras bases, favoreceria a estratégia do presidente de se manter no poder a despeito do crescente cerco jurídico e político.

Estudioso de desigualdade e hoje professor na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, Marcelo Medeiros vê mais chances de o Congresso viabilizar uma proposta de renda básica do que o Executivo, uma vez que os parlamentares, ao contrário do Executivo, aceitariam discutir uma tributação sobre renda e propriedade, único meio de viabilizar o financiamento de um programa do gênero.

A ideia do Executivo de viabilizar um programa do gênero com corte de gastos, diz Medeiros, se mostra inviável ao se depurar a estrutura de despesas do Orçamento. As três maiores são Previdência, saúde e educação. A primeira já foi reformada neste governo, a segunda não tem como ser mexida, especialmente depois da pandemia, e na terceira o que vai acontecer, na verdade, é o aumento do aporte da União no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb.

Sobra o funcionalismo, rubrica que tem nos militares, nos policiais militares e no Judiciário suas maiores folhas. Sem condições políticas para enfrentar qualquer uma dessas categorias, resta ao Executivo a administração pública federal, cujas gorduras, calcula Medeiros, não chegariam a render 0,5% do PIB.



“A Alemanha já concluiu que terá que gastar um quarto do seu PIB para evitar recessão e até os Estados Unidos já calculam gastar 10% do PIB, só o Brasil continua cego à ideia de que o único agente capaz de recuperar a economia é o Estado”, diz Medeiros.

No Congresso, ganha corpo a ideia, capitaneada pelo senador José Serra (PSDB-SP), de ressuscitar um antigo projeto de renda básica do ex-senador Eduardo Suplicy.

Medeiros, que atua como consultor dessas discussões, diz que a ideia é evitar a duplicação de benefícios (quem recebe BPC, Bolsa-Família ou Previdência terá que optar) e viabilizar seu financiamento com a redução nas isenções do Imposto de Renda e com uma tributação sobre lucros e dividendos com uma alíquota média de 20%. A ideia é equiparar sua renda tributável às alíquotas vigentes sobre a renda do trabalho.

A discussão invade a reforma tributária, cuja tramitação vem esbarrando nas dificuldades de a indústria e o comércio se acertarem sobre perdas e ganhos. As resistências serão ainda maiores a partir da depressão econômica, não apenas dos setores que já divergiam, mas também da classe média empobrecida pela atual crise ou do mercado, que se valerá da alegação de que a pandemia já foi ao limite na fuga de investidores.

“Mas não há outra saída, o Brasil pós-pandemia tem um encontro marcado com sua estrutura tributária”, diz Medeiros.

O economista vê nos prefeitos e governadores uma nova força política em defesa tanto da renda básica universal quanto de uma maior tributação no Imposto de Renda. Eles teriam se dado conta do quanto o auxílio emergencial ajudou a manter o comércio e a arrecadação dos seus municípios e Estados.

Quebrados pela depressão na economia, prefeitos e governadores também já teriam concluído que a guerra fiscal é um jogo de soma zero e que sua receita só teria a ganhar com a elevação do Imposto de Renda uma vez que metade de sua arrecadação se destina aos fundos de participação de Estados e municípios.

No governo federal, o impasse em torno do financiamento do colchão social pode ressuscitar a ideia, aqui e ali defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de uma contribuição sobre movimentação financeira, uma nova CPMF. A proposta tem sido barrada pelo Congresso e pelo presidente Jair Bolsonaro e enfrentaria ainda mais resistências pela dificuldade de retomada da atividade econômica, mas converge com uma ideia de uma distribuição difusa do sacrifício. “É bem condizente com a percepção do ministro Paulo Guedes, a quem, mais do que um projeto de país, importa manter o poder a qualquer preço”, diz Medeiros.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

SALVADOR campeã de vendas no mundo todo.  
INCRÍVEIS OFERTAS

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Pele de maracujá? Este ácido alisa naturalmente quase toda pele velha  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico  
MISS PENNY STOCKS

### LINK PATROCINADO

Isto explica porque colágeno não funciona em você  
BELLECAPS

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Pesquisadores descobrem algo incrível  
FLEXCAPS

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Mourão diz que atos contra governo são ‘abuso’, estimula repressão a protestos e critica ministro do STF

# Renda Brasil deve incluir 3 programas de renda

Seguro-defeso, abono e salário família podem ser absorvidos por eventual substituto do Bolsa Família

Por **Fabio Graner** — De Brasília

10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

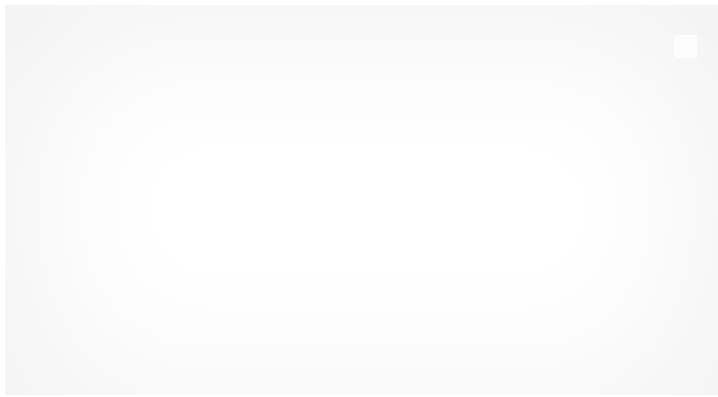
---

Entre os principais candidatos a incorporarem o programa Renda Brasil, que o ministro Paulo Guedes pretende criar como versão turbinada do Bolsa Família, estão abono salarial, seguro-defeso e salário família. A discussão do novo programa social já ocorria desde o ano passado, mas ganhou força com o pagamento de auxílio emergencial de R\$ 600 para um público bem maior, o trabalhador informal que não era atingido pelo Bolsa Família ou outros programas governamentais.

Segundo fonte do governo, a discussão também se conecta com a reforma tributária, que vai mirar também a redução de exceções e benefícios, como as deduções de Imposto de Renda e as isenções para cesta básica. Assim, o desenho vai se aproximando do conceito de renda básica de cidadania, com a ideia de “imposto de renda negativo”, no qual os mais pobres recebem auxílio do governo e os mais ricos pagariam mais tributos.

Fechar brechas e exceções no sistema tributário traz fonte de recursos para bancar o programa social novo, mas não enfrenta a questão do teto de gastos. Por isso que também está sendo discutida a revisão de outras despesas sociais, como abono e defeso, consideradas menos eficientes e que consomem espaço fiscal.





Este governo e o anterior já tentaram acabar com o abono, que tem um custo para este ano previsto em R\$ 19,1 bilhões, mas esbarraram no Congresso. Até mesmo na gestão de Dilma Rousseff, o abono esteve na linha de tiro, embora a proposta tenha ficado nas gavetas.

A leitura é que trata-se de um programa que não faz mais sentido, dado que, quando foi criado, era direcionado para os mais pobres, mas hoje acaba atingindo famílias que não estariam entre as mais necessitadas.

O seguro-defeso, com previsão de gastos de R\$ 3 bilhões, é voltado para pescadores, para deixarem de trabalhar em período de reprodução dos peixes. A atual equipe considera esse um recurso mal alocado e que poderia compor essa nova renda que beneficiaria as pessoas de menor renda.

O salário família tem menos impacto, em torno de R\$ 2 bilhões de renúncia fiscal, mas também é direcionado para trabalhadores formais, vistos como menos necessitados do apoio governamental.

Um estudo do economista Sergei Soares, publicado pelo Ipea em 2019, é uma das referências que vêm sendo utilizadas para o trabalho da equipe econômica. Soares no ano passado chegou a discutir seu trabalho com a equipe econômica. No texto para discussão (TD 2505), ele propõe juntar ao Bolsa Família os recursos do abono, do salário família e das deduções do Imposto de Renda, o que faria o orçamento do programa saltar da casa de R\$ 30 bilhões para mais de R\$ 50 bilhões por ano.

A proposta redesenhava o arcabouço de parte da rede de proteção social, com recursos direcionados a crianças e jovens e às pessoas em situação de extrema pobreza. Assim, haveria um benefício universal de R\$ 45, independentemente da

renda, por criança e jovem de até 18 anos; um benefício para crianças de até 4 anos, de R\$ 90, mas que seria reduzido gradualmente conforme a renda familiar per capita fosse subindo em relação à linha de corte de R\$ 250; e o terceiro, de R\$ 44, seria para famílias em extrema pobreza.

Esse desenho partiu de um diagnóstico, que o governo concorda, de que há excessiva fragmentação de programas sociais e que o problema não seria de falta de recursos para a proteção, e sim um direcionamento inadequado e ineficiente do orçamento. Mas foi feito em um contexto econômico bem mais tranquilo, inclusive fiscal.

A crise da pandemia e o auxílio emergencial, entretanto, forçaram a equipe econômica e o governo a acelerar a busca de uma solução de longo prazo que resolva o problema diagnosticado anteriormente e também evite uma perda abrupta da renda para quem teve o auxílio e era “invisível”. De qualquer forma, é majoritária a visão no time de Paulo Guedes de que não é possível trabalhar com um valor de R\$ 600 de forma permanente, como alguns economistas e políticos defendem.

Nesse contexto, é difícil que o governo também não seja forçado a repensar seu arcabouço fiscal (metas fiscais, teto de gastos e “regra de ouro” das contas públicas), já que o espaço no teto de gastos é muito limitado e há uma série de analistas que consideram que será impossível mantê-lo já no ano que vem diante da continuidade dos efeitos negativos do coronavírus na economia e a demanda por apoio estatal, em especial para os atingidos diretamente pela crise.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

SALVADOR campeã de vendas no mundo todo.  
INCRÍVEIS OFERTAS

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

# Senado vota medida que permite redução de jornada e salário

Por Renan Truffi — De Brasília

10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





Vanderlan Cardoso: Relator deve manter texto da Câmara e validade da MP pode ser prorrogada até o fim do ano —  
Foto: Beto Barata/Agência Senado

O Senado deve votar hoje a medida provisória (MP) 936, que permite a redução proporcional da jornada de trabalho e do salário em até 70%, além de permitir a suspensão dos contratos de trabalho durante a crise do coronavírus. O objetivo da MP é evitar demissões e ajudar as empresas afetadas pela pandemia. O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados há algumas semanas e aguarda apreciação dos senadores para ser enviada à sanção presidencial.

A votação não estava prevista, inicialmente, para acontecer nesta semana, mas entrou na pauta após pedido do relator da matéria, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO). A razão é que, apesar de o prazo da MP ter sido prorrogado, o mesmo não pode ser feito em relação aos vínculos empregatícios que já completaram 60 dias de suspensão. O argumento sensibilizou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que decidiu pautar a medida para a sessão de hoje.

“Houve, desde o dia em que foi marcada essa primeira votação, na semana passada, um entendimento equivocado com relação à suspensão dos 60 dias, que venceram no dia 1º de junho. Ao presidente Davi prorrogar a medida provisória por mais 60 dias, nós tivemos um entendimento de que seria automática também essa prorrogação da suspensão dos 60 dias [de contrato]. E o fato é que não é. Para se prorrogar [a suspensão], precisamos aprovar urgentemente, no Senado, esse projeto que dá autorização ao presidente [da República] fazer por decreto essa prorrogação”, alertou o relator.

Com isso, segundo Vanderlan Cardoso, funcionários que já cumpriram o período de 60 dias tiveram que retornar ao trabalho, mesmo que a paralisação ainda afete diversos segmentos da economia. A solução é a aprovar a medida provisória o mais rápido possível já que a Câmara sugeriu uma solução para o problema: uma das inclusões feitas pelos deputados foi a permissão para que o Poder Executivo possa prorrogar os prazos dos acordos trabalhistas enquanto durar o estado de calamidade pública, previsto para o final deste ano.



A MP permite a redução proporcional de trabalho e de salário, por até três meses, em 25%, 50% e 70%. Como compensação, prevê o pagamento pelo governo de um benefício emergencial para complementar a renda dos trabalhadores que tiverem redução salarial. Além disso, o texto permite a suspensão temporária dos contratos de trabalhos por até dois meses.

Diante do clima de urgência, Vanderlan Cardoso não deve apresentar nenhuma mudança significativa em seu relatório, pois isso obrigaria que a proposta retornasse para a análise dos deputados mais uma vez. Ainda assim, ele admitiu que estão sendo negociados ajustes de redação, o que não compromete a sanção do texto. Uma dessas alterações é no artigo que versa sobre a correção de dívidas tributárias. De acordo com o relator, o dispositivo que trata do assunto estava confuso, o que poderia levar a interpretações equivocadas. Vanderlan Cardoso explicou que a sugestão de mudança redacional partiu do Ministério Público do Trabalho e de magistrados que atuam na área trabalhista.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico  
MISS PENNY STOCKS

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Pesquisadores descobrem algo incrível  
FLEXCAPS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

O mais novo "amigo" do homem que ajuda na luta contra a próstata grande, usando apenas 2x ao dia!

## Pedidos de seguro-desemprego crescem 53%

Maio tem recorde histórico de solicitações do auxílio no país, com 960 mil requerimentos

Por **Fabio Graner** — De Brasília

10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Os pedidos de seguro-desemprego encostaram em 1 milhão em maio e bateram o recorde da série, iniciada em 2000. Com alta de 53% ante igual período do ano passado, os pedidos registrados no Ministério da Economia somaram 960,3 mil. Ante abril, a expansão foi de 28,3%, mostrando um quadro de forte piora no mercado de trabalho, sinalizando alta de desemprego.

No período, os três Estados com maior número de requerimentos foram São Paulo (281,4 mil), Minas Gerais (103,3 mil) e Rio de Janeiro (82,6 mil). Os Estados da região Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, registram mais de 50 mil pedidos desse benefício pago a quem perdeu o emprego.

No acumulado do ano, o quadro de piora é menos intenso, mas também mostra uma forte queda no emprego no país. Os pedidos somaram 3,3 milhões, um aumento de 12,4% em comparação com o acumulado entre janeiro e maio de 2019, quando totalizaram 2,9 milhões.

O desempenho nos cinco primeiros meses deste ano não é o pior da história. Nos anos de 2013 a 2015 e em 2009 os requerimentos superaram os 3,5 milhões. Vale lembrar, contudo, que as regras à época eram diferentes o acesso ao benefício, sendo restringidas a partir de 2015.

Do total de pedidos feitos em 2020, 50,1% (1.653.040) foram realizados pela internet, segundo o Ministério da Economia. O restante foi presencial. O atendimento eletrônico está sendo priorizado devido à pandemia do coronavírus. No mesmo período de 2019, apenas 1,5% dos pedidos haviam sido feitos pela rede de computadores.

Para o economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, os dados do seguro-desemprego evidenciam a forte deterioração no mercado de trabalho, que deve continuar e não tem melhora prevista para ocorrer rapidamente, a despeito dos movimentos otimistas nos ativos financeiros.

“Esse dado é um fato e um importante termômetro do mercado de trabalho, assim como o Caged”, disse Gonçalves, referindo-se ao indicador de empregos formais que o governo divulga. Para ele, a elevação do desemprego no mercado formal é consistente com o momento, em que o consumo despencou por causa da pandemia. Mesmo quem está tendo renda extra, se pode, evita gastar, afetando negativamente o nível de atividade.

O economista aponta ainda que a deterioração no mercado formal vai prejudicar também os trabalhadores informais, que muitas vezes prestam serviços aos formais. E isso, avalia, reforça a espiral negativa na economia.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

SALVADOR campeã de vendas no mundo todo.  
INCRÍVEIS OFERTAS

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico  
MISS PENNY STOCKS

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Pesquisadores descobrem algo incrível

## São Paulo identifica fraudes de ICMS ligadas à pandemia

Fiscais encontraram empresas vendendo notas fiscais falsas, além de tentativas de sonegação envolvendo medicamentos

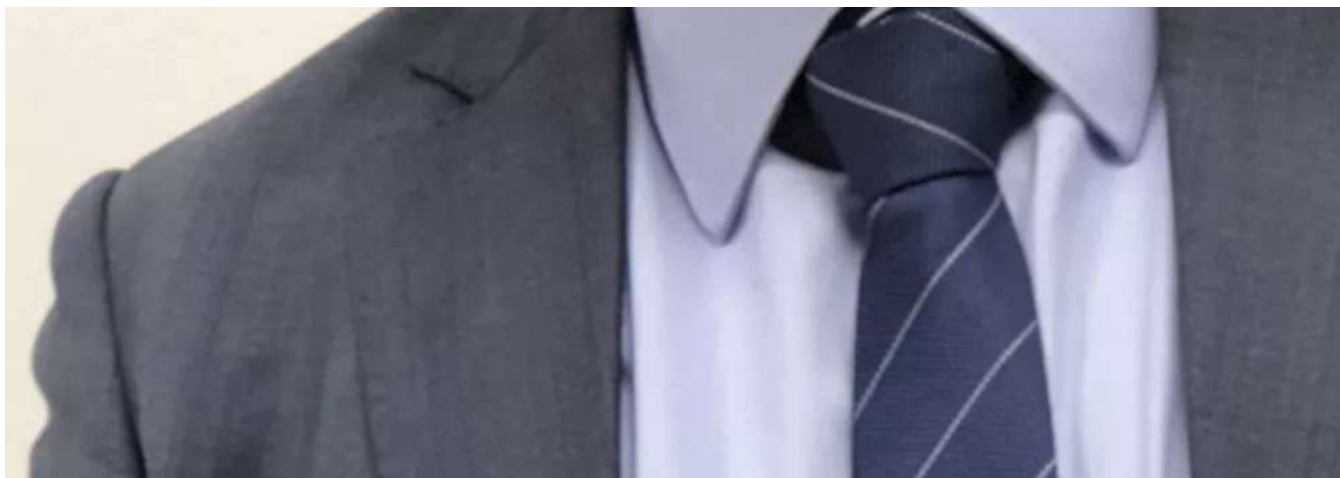
Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---







Gustavo Ley: "Monitoramos empresas que tentam se aproveitar do momento" — Foto: Divulgação

Empresas têm se aproveitado da pandemia para cometer fraudes de ICMS. Fiscalizações da Secretaria da Fazenda de São Paulo, realizadas desde o início da propagação da covid-19, encontraram mais de 1,5 mil empresas vendendo notas fiscais falsas, além de tentativas de sonegação envolvendo medicamentos.

Estão sendo fiscalizadas, desde a semana passada, 53 empresas que compram medicamentos fora do Estado de São Paulo e não estariam pagando de forma regular o ICMS devido por substituição tributária. Foram identificados R\$ 20 milhões em operações suspeitas e a sonegação pode chegar a R\$ 4 milhões.

A irregularidade consiste na criação de empresas de fachada para comprar medicamentos de outros Estados. Sem o pagamento do imposto estadual pelo adquirente, a cobrança pode ser redirecionada para o próximo destinatário da cadeia de suprimentos.

A atuação dos fiscais paulistas nesses casos tenta evitar que as empresas de fachada encerrem suas atividades e que medicamentos entrem no Estado e gerem concorrência desleal, distorcendo os preços.

A Fazenda também verificou se haveria irregularidades em empresas que passaram a atuar com álcool em gel, máscaras e outros equipamentos de proteção individual. "A secretaria consegue identificar que foram emitidas notas de venda de produtos que não foram comprados ou criadas empresas sem capacidade financeira para fazer essas vendas", afirma Gustavo Ley, coordenador da Administração Tributária. "Monitoramos empresas que tentam se aproveitar do momento."

As fiscalizações levaram ao bloqueio das atividades de aproximadamente 1,5 mil empresas de fachada que atuavam com itens essenciais ao enfrentamento da pandemia de covid-19. Elas emitiram mais de R\$ 5 bilhões em notas fiscais eletrônicas, que eram revendidas a contribuintes para usarem créditos falsos de ICMS.

Os períodos de crise propiciam a ocorrência maior de fraudes, segundo a advogada Adriana Stamato, sócia da área tributária do escritório Trench Rossi Watanabe. Há um efeito adverso à concorrência, acrescenta. “Se meu concorrente está fraudando o Fisco, ele se beneficia de forma indevida”, afirma.

Ainda segundo Adriana, dificilmente as empresas embarcam em fraudes desse tipo sem saber. “A empresa até pode estar de boa-fé, mas a experiência mostra que, muitas vezes, haveria pelo menos motivos para suspeitar”, diz. No caso das notas, afirma, há solidariedade entre quem comprou e quem as vendeu. “A boa-fé em casos de fraude é difícil de ser comprovada.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Pele de maracujá? Este ácido alisa naturalmente quase toda pele velha

NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico

MISS PENNY STOCKS

### LINK PATROCINADO

Homem pede pizza todos os dias por 10 anos até que os funcionários percebam algo estranho

FREE HUB

### LINK PATROCINADO

Mulher perdendo cabelo, isso não deveria ser mais um tabu, conheça a Megga Hair Caps

MEGGA HAIR CAPS

# Indústria de SP sofre mais que a média nacional em abril

Produção do Estado tem recuo de 23,2%, no pior desempenho da história

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

10/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Com os impactos da pandemia de covid-19, o parque fabril de São Paulo produziu 23,2% a menos em abril, na comparação a março, seu pior desempenho mensal desde 2002, início da série histórica da pesquisa industrial do IBGE divulgada ontem.

O mês foi marcado por férias coletivas e demissões em fábricas espalhadas pelo país, refletindo a adoção de medidas de isolamento social. O setor foi afetado ainda pela menor demanda do comércio e dificuldades de adquirir insumos importados.

Bernardo Almeida, analista da pesquisa do IBGE, disse que as montadoras de automóveis reduziram o ritmo de produção e foram as que mais pressionaram resultado da indústria de São Paulo em abril. O segmento de máquinas e equipamentos também registrou forte perda na passagem dos meses. “Mas foi um mês de perda disseminada de ritmo de produção.”

Com uma retração tão forte, nunca tão poucos bens industriais foram produzidos em território paulista de 2002 para cá. O volume de bens industriais estava, em abril, 43,2% abaixo do pico histórico registrado em março de 2011, segundo o IBGE.

Produtos mais demandados pelo período de quarentena das famílias registraram crescimento de produção em abril. São itens de alimentação, perfumaria, sabão e

produtos de limpeza. O IBGE não detalha, porém, as variações percentuais dessas atividades por regiões, para esse tipo de comparação.

Com o resultado, São Paulo foi o local que mais impactou o desempenho médio nacional da indústria em abril, que recuou 18,8%, o pior da série histórica iniciada em 2002. O mês foi de perdas generalizadas em termos geográficos, com 13 dos 15 locais pesquisados em baixa. Em oito deles, a queda foi recorde.

Também com presença forte da indústria automotiva, os Estados do Paraná (-28,7%) e Rio de Janeiro (-13,9%) apareceram logo atrás de São Paulo como os que mais impactaram o desempenho nacional da indústria.

Mas a principal variação percentual foi registrada no Amazonas, com redução de 46,5%. A Zona Franca é afetada desde fevereiro com a pandemia, inicialmente pela falta de insumos da China para montagem de eletroeletrônicos. Em três meses de queda, a produção local caiu 53,2%.

Os outros locais com forte queda em abril ante a março foram Ceará (-33,9%), região Nordeste (-29%), Bahia (-24,7%), Rio Grande do Sul (-21,0%), Espírito Santo (-16,7%), Minas Gerais (-15,9%), Santa Catarina (-14,1%) e Pernambuco (-11,7%).

Rafael Cagnin, economista-chefe da Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), chama atenção para fato de 90% dos locais acompanhados pelo IBGE terem reportado queda de dois dígitos em abril, sendo que metade deles teve resultado pior que a média nacional.

“Poucos realmente conseguiram evitar perdas mais intensas por causa da covid-19”, avaliou o economista-chefe do Iedi.

Num mês em que a indústria nacional, a produção industrial do Pará cresceu 4,9% em abril, frente a março, sustentada pelo avanço do setor de mineração. Goiás também teve alta, de 2,3%, com bom desempenho dos segmentos de alimentos e remédios.